meSalva!

FI LO SO FIA

FILOSOFIA

01

INTRODUÇÃO AOS ESTUDOS EM FILOSOFIA

INTRODUÇÃO AOS ESTUDOS EM FILOSOFIA

E aí galera do Me Salva! Para começar os nossos estudos na disciplina da Filosofia, vamos responder a três perguntas básicas sobre o tema:

- ✓ O que é Filosofia?
- ✓ O que a Filosofia estuda?
- ✓ Quem a produz?

Veremos logo de cara que responder a essas perguntas não é tão simples quanto parece. Afinal, responder “o que é a filosofia” parece ser em si mesmo uma investigação filosófica! Um sinal disso é o fato de que cada introdução à filosofia tem uma abordagem diferente sobre o tema e, as vezes, conclusões contrastantes. Sem falar que cada filósofo, a partir de suas investigações, parece definir a filosofia de um jeito próprio e, eventualmente, discordar dos demais. Portanto, logo de cara já devemos saber que não há uma unanimidade para a pergunta “o que é filosofia”. Porém, mesmo não havendo uma unanimidade, há pontos importantes sobre a filosofia que aparecem na maioria das investigações sobre o assunto, e que servirão para nos guiar por um caminho seguro durante a nossa investigação!

O QUE VOCÊ ACHA QUE É A FILOSOFIA?

Antes de iniciarmos, quero propor a você um exercício: você sabe dizer o que é a filosofia? Então pegue um papel e uma caneta e escreva a sua resposta para as três perguntas feitas acima. Ao longo dessa apostila, procure comparar a sua resposta com o conteúdo apresentado aqui, para que você avalie se compreendeu o que será trabalhado e se pode complementar e enriquecer a sua resposta. Vamos lá? Mãos à obra!

FILOSOFIA: O QUE É?

O desenho acima mostra respostas diferentes, porém todos esses pensamentos parecem dizer algo de verdadeiro sobre a disciplina que estamos estudando. A palavra filosofia vem do grego, da junção de *philos* + *sophie*, e significa literalmente "amor pela sabedoria". Porém, saber isso ainda não nos diz muito sobre essa área de estudo, nem sobre seu objeto de estudo.

No dia-a-dia, usamos a palavra filosofia para se referir a muitas coisas relacionadas com o ato de pensar. Filosofia vira um sinônimo para "dar uma viajada": usamos essa palavra para nos referir às perguntas que fazemos sobre coisas que vão além da experiência comum. As pessoas associam o ato de perguntar e de criticar com a atividade do filósofo, e todas as pessoas que possuem (ou que acham que possuem) respostas para as coisas mais gerais desse mundo são chamadas de filósofos ou de sábios. O dono do mercadinho perto da sua casa pode ser considerado sábio pelas pessoas que convivem com ele, caso ele tenha boas respostas sobre as questões da vida.

Apesar do uso corriqueiro da palavra filosofia, nesta apostila vamos tratar dela em um sentido mais rigoroso. Vamos fazer um recorte e considerar como nosso objeto de estudo a filosofia ocidental. A filosofia ocidental, estudada na maioria dos cursos superiores de filosofia, também faz perguntas sobre coisas que vão além da mera experiência. Entretanto, algumas coisas a tornam bem diferente da filosofia do cotidiano. Quando estudamos filosofia na escola e nas universidades (e também para as provas do ENEM), abordamos os conteúdos dentro de uma linha do tempo da filosofia. As questões filosóficas (semelhantes às do cotidiano) são estudadas dentro de um percurso histórico e a partir do trabalho de grandes filósofos consagrados, cujas obras estão bem sedimentadas nessa construção que é o conhecimento humano. Portanto, uma das alternativas para investigar o que a filosofia é ler o que alguns dos grandes filósofos falaram sobre o seu campo de estudo.

A filosofia surge na Grécia, no século VI a.C., e Tales de Mileto parece ser o responsável por essa inovação na busca do conhecimento. Nos seus primórdios, os limites entre as disciplinas que hoje possuímos não existiam. Os filósofos estudavam a matemática, a natureza e seus processos (physis), a astronomia, etc. Eles estudavam não só a realidade perceptível através dos sentidos, mas também investigaram os aspectos mais gerais desse mundo: "Há um primeiro princípio para tudo?", ou "Algo pode surgir do nada? Como as coisas passam a existir?", ou ainda "Como posso me referir a algo que parece estar sempre mudando?". As investigações dos primeiros filósofos são fascinantes. Entretanto, nenhum filósofo

grego marcou tanto a história da humanidade quanto Sócrates. Com isso, não quero dizer que Sócrates é o filósofo mais genial de sua época. Platão e Aristóteles foram igualmente geniais e seguimos pensando a partir deles até hoje. Sócrates, entretanto, inaugura uma tradição que faz com que, posteriormente, toda a filosofia grega que lhe antecedeu em matéria de forma foi chamado de "pré-socrática" (ainda que tenha sido produzido depois de sua morte).

Sócrates viveu uma vida dedicada à busca da verdade. Tão dedicada que ele não nos deixou nenhum material escrito de próprio punho. Sócrates, segundo o texto "Apologia", de Platão, sabia que a Pítia do templo de Apolo (a sacerdotisa que fazia as previsões do oráculo) teria dito que não havia homem mais sábio do que ele. Ele, porém, incrédulo sobre o veredicto do oráculo, sai em busca de homens mais sábios do que ele. A verdade desse relato sobre o que motivou Sócrates a iniciar a sua jornada filosófica é menos importante do que a sua conclusão: em sua busca por pessoas verdadeiramente sábias, Sócrates ficou de mãos abanando.

Sócrates tinha um método: interrogar as pessoas sobre aquela área do conhecimento da qual se diziam especialistas. Entretanto, não bastava que as pessoas falassem de sua área de modo específico, pois Sócrates buscava definições universais. Então, não bastava que um artista tivesse uma concepção de belo que explicasse apenas um caso específico. Para passar pelo crivo socrático, uma boa definição de algo deve servir para explicar todas as ocorrências daquela coisa.

Pare e pense: Hoje, tendemos a acha que a beleza é algo "que está nos olhos de quem vê", que é relativo ao sujeito que significa algo como belo. Conceitos como a beleza parecem funcionar bem sendo relativos ao gosto pessoal. Conceber a beleza dessa forma abre a possibilidade de compreender diferentes corpos e pessoas como sendo igualmente bonitos. Porém, outros conceitos investigados por Sócrates não parecem funcionar bem se forem tomados como valores absolutamente relativos. A justiça, por exemplo, parece ser um deles. Até hoje, a busca por conceitos universais é atrativa à curiosidade humana, ainda que aparentemente inatingível.

Para a surpresa de Sócrates, os seus interlocutores, conhecidos por todos como sábios, falharam em suas tentativas. Esse fato faz com que ele reavalie a previsão do oráculo. Sócrates deve ter pensado algo como: "Quem sabe a Pítia não quis dizer que um homem é sábio quando não crê que sabe aquilo que não sabe? Se ela quis dizer algo nesse sentido, posso admitir que sou mais sábio do que aqueles que crêem que sabem aquilo que não sabem".

Sócrates, portanto, parece ser um sábio sem respostas para as questões que formula. Com isso, não quero que você chegue a conclusão de que o conhecimento sobre as questões da filosofia é impossível. Pelo contrário, quero que você perceba a valiosa lição de Sócrates para a filosofia: admitir a própria ignorância sobre um

assunto é pressuposto para que se possa buscar um conhecimento verdadeiro sobre ele. Do contrário, quando alguém acha que sabe algo sobre um assunto sem checar se esse saber é verdadeiro, além de resultar em um engano, também não fará nada para corrigi-lo.

Podemos tirar várias lições valiosas de Sócrates. Uma delas é o papel importante do reconhecimento da própria ignorância para o fazer filosófico. Outra, é que as perguntas que ele fazia, e que a filosofia continua fazendo, não parecem possuir respostas definitivas como as encontradas por outras ciências. Entretanto, a lição mais valiosa para nós, leitores dessa apostila e investigadores da filosofia, é reparar no método que Sócrates usava em suas investigações, pois ele contém os elementos mais gerais do que é "fazer filosofia" ou filosofar.

Nenhuma outra forma de escrever o texto filosófico parece representar tão bem o que é fazer filosofia quanto o diálogo. Sabemos que Sócrates conversava e discutia com os "supostos sábios" em Atenas, e sabemos também que ele não deixou nada escrito sobre suas investigações. Platão é a grande fonte que possuímos da filosofia de Sócrates, representada nos seus escritos mais jovens. Posteriormente, em seus escritos intermediários e maduros, Platão escreverá sua

própria filosofia utilizando Sócrates como um personagem de seus próprios diálogos.

Nos diálogos de Platão, encontramos elementos que também estão presentes em todas as outras investigações filosóficas. Elas são:

- ✓ A apresentação da pergunta filosófica;
- ✓ A clarificação dos conceitos envolvidos para a solução da pergunta;
- ✓ A apresentação de argumentos, que serão avaliados de acordo com a sua **forma** (análise lógica), com as suas **consequências** (verificar se a consequência da solução está de acordo com o que o argumento propõe) e com a **verdade** que exprimem (checar se o que foi dito de algo corresponde ao que a coisa de fato é).

Qualquer outro texto filosófico contém esses elementos. O interessante é perceber que, uma vez que há um embate de ideias em qualquer texto filosófico, pois a tentativa de solucionar a questão proposta envolve testar o argumento a partir da contra-argumentação, o diálogo tem a capacidade de explicitar esse embate. Colocar dois personagens com explicações opostas para um mesmo assunto expõe de maneira muito mais clara o embate filosófico do que um autor que, em uma exposição solitária, tem que supor possíveis contra-argumentos e refutá-los. Não quero dizer com isso que o diálogo seja a melhor maneira de escrever filosofia. Uma de suas possíveis consequências é que o leitor, admirado pela teatralidade, acabe deixando o argumento em segundo plano. Entretanto, especialmente por ele ser um formato tão antigo e primordial da filosofia, vale a pena admirar o quanto ele consegue exprimir não só o conteúdo filosófico, mas também nos dar um gostinho de como deve ter sido experimentar a filosofia no cotidiano.

FILOSOFIA: O QUE ELA ESTUDA?

Desde os primórdios da filosofia até os dias atuais, o conhecimento humano se especializou enormemente. Em Aristóteles, por exemplo, já vemos a necessidade de organizar em disciplinas as diferentes investigações sobre o mundo, agrupando elas por suas semelhanças e separando-as por suas diferenças. As disciplinas que conhecemos (física, química, biologia, matemática, português, filosofia, etc.) tem por objetivo organizar o que já sabemos sobre um aspecto do mundo em que vivemos, e dirigir as novas pesquisas a partir dos conhecimentos já conquistados. É inegável o avanço nas descobertas da física, da química, da biologia, da matemática... Vivemos em um momento da história caracterizado pelo avanço tecnológico constante. Porém, como fica a filosofia nessa história?

Russel, em seu texto "O Valor da Filosofia", diz que, se você procura encontrar na filosofia um corpo de verdades comprovadas assim como as obtidas por outras ciências, sua busca não encontrará muitos resultados. A filosofia, até hoje, não produziu um corpo de conhecimentos comprovados como as outras ciências. Veja esse exemplo: quando estudamos biologia ou física, estudamos a história dessas disciplinas como mera curiosidade. É interessante saber que o próprio Aristóteles achava que o sangue era a "parte feminina" necessária para a reprodução da nossa espécie, por exemplo. Ou que a medicina moderna citada por Hobbes achava que os estímulos entre corpo e cérebro eram transmitidos por uma série de movimentos de cordas (uma bela explicação para quem não conhecia a energia elétrica). Mas hoje sabemos que essas e outras explicações antigas não são verdadeiras. Na filosofia, entretanto, o contrário acontece: estudar a história da filosofia não é diferente de estudar a filosofia ela mesma. As mesmas perguntas ainda são feitas e os avanços da filosofia parecem se resumir em repensar antigos problemas e reformulá-los, aprimorá-los e qualificá-los. Portanto, filosofar requer um estudo ativo e engajado das questões ao longo da história.

Russel vai atribuir a "incerteza" da filosofia a dois aspectos importantes dessa disciplina:

- ✓ Os assuntos que eram estudados pela filosofia, quando criam um corpo de conhecimentos definitivos sobre eles mesmo, se desmembraram dela e se estabelecem em uma disciplina própria. Foi assim com a astronomia, com a física e, bem mais recentemente, com a psicologia. Nesse sentido, podemos dizer que a filosofia é "mãe" das outras disciplinas. Também podemos compreender que tudo que o "sobra" continua sob o domínio da filosofia.
- ✓ Outro aspecto, talvez o mais importante dessa disciplina, é que a filosofia lida com perguntas que nós, os seres humanos, não podemos evitar fazer, ainda que elas sejam impossíveis de responder.

O segundo aspecto revela o que Russel vai defender como sendo o valor da filosofia: a incerteza que é própria das suas investigações, juntamente com a grandeza dos objetos investigados, transforma quem a estuda. Mas atenção: isso não quer dizer que você será uma pessoa melhor se apenas ler a Crítica da Razão Pura, de Kant, ou os escritos de qualquer outro filósofo. Russel defenderá que a incerteza das questões filosóficas suscita diversas possibilidades de respostas para quem filosofa, e serve de vacina para as certezas dos preconceitos e do senso comum. A vida de quem nunca teve contato com a filosofia acaba sendo, infelizmente, reduzida ao cotidiano e permeada por falsas certezas. Podemos nos perguntar, que graça tem viver assim?

Ainda que as discussões filosóficas estejam constantemente em revisão, questionamento e aprimoramento, as suas disciplinas são organizadas em áreas de estudo específicas. Visualizar as divisões internas da filosofia nos ajuda a compreender melhor qual ou quais são os seus objetos de estudo. Atualmente, são áreas de estudo da filosofia:

- ✓ Metafísica: Investiga a natureza da **realidade**. Ela estuda a natureza do espaço e do tempo, dos universais e das propriedades das coisas, etc. Para Aristóteles, era a ciência dos primeiros princípios (que geravam e tornavam possível a compreensão de tudo o que conhecemos) e a ciência que estuda os atributos mais gerais do **ser** (de tudo o que é). Com Kant, a metafísica se tornará um estudo aprofundado da razão humana, capacidade através da qual podemos conhecer tudo.

- ✓ Epistemologia ou teoria do conhecimento: Estuda a natureza das **relações cognitivas** entre pessoas e a realidade e entre pessoas e outras pessoas. Investigará o ato de conhecer, de pensar sobre algo, os limites do nosso conhecimento, etc.

- ✓ Ética: Estuda a natureza dos **valores** nas **ações** entre os seres humanos e entre os humanos e o ambiente ou outros seres vivos.

- Política: Estuda a natureza dos **valores** na convivência entre seres humanos, **organizados em grupos**. Fará questões sobre o Estado, a ação política, a liberdade dos humanos, a justiça, etc.

- Estética: Estuda a natureza dos **valores** na produção **artística** dos seres humanos e na **fruição** (desfrute, apreciação) dessa produção.

- Lógica: O uso da lógica não é exclusivo da filosofia. Porém, a lógica é uma **ferramenta indispensável** para o fazer filosófico. Ela trata das **formas do pensamento** humano e das **operações intelectuais** possíveis para a determinação de conhecimento verdadeiro sobre algo.

Dessa apresentação, podemos concluir que a filosofia trata, de modo geral, de investigar a natureza da realidade, a natureza do nosso conhecimento, e dos valores das ações humanas (nas relações entre indivíduos, entre organizações humanas e na produção artística e cultural).

FILOSOFIA: QUEM É O FILÓSOFO?

Quem são e como vivem os que dedicam as suas vidas à filosofia? Um rápido olhar pela história dessa disciplina mostrará que não há um perfil uniforme daqueles que se dedicam à filosofar. Assim como a filosofia explora diferentes aspectos da nossa realidade, os filósofos possuem diferentes motivações para o seu trabalho. Marconde e Franco, em seu livro "Filosofia: o que é? Para que serve?" trarão alguns elementos que caracterizam distintos filósofos e que estão relacionados com as diferentes áreas da filosofia. Porém, preste atenção: um grande filósofo não precisa ficar restrito a uma única dessas caracterizações. Aristóteles, por exemplo, partilhou dos três interesses que serão descritos abaixo. Segundo Marconde e Franco, portanto, podemos ver a figura do filósofo como:

1. **O filósofo cientista e metafísico**: Entender a pesquisa filosófica a partir desse interesse é compreendê-la como suporte para o conhecimento possível das outras ciências. É vê-la como "ciência das ciências", conforme observou Aristóteles. Com Descartes, a filosofia também será vista como fundamento para as outras ciências. Ao descrever a "árvore do conhecimento", Descartes coloca a metafísica como raízes da árvore, que fundamentará todas as outras ciências. Já Kant, no prefácio da Crítica da Razão Pura, apresenta a intenção de colocar a metafísica no "caminho seguro da ciência" a partir de seu tratado, para que a filosofia atinja conhecimentos rigorosos tais como os das outras ciências. No século XX, Karl Popper investigou os fundamentos da ciência, na tentativa de especificar o que conta como ciência e quais teorias não fazem parte dela.
2. **O filósofo político**: A discussão sobre política está presente na filosofia desde o seu início. O mais interessante dessa área de estudo e do trabalho desses filósofos é que suas conclusões podem influenciar o nosso fazer político e podem motivar grandes acontecimentos na história da humanidade. Sócrates, Platão e Aristóteles ocuparam-se com essa área do conhecimento. Os iluministas franceses Rousseau, Voltaire e Montesquieu influenciaram sua época, que culminou com a revolução francesa, e seguem inspirando os ideais democráticos contemporâneos. O trabalho de Marx e Engels será o motor da revolução russa e Adam Smith terá influência sobre a revolução industrial inglesa e o sistema capitalista daquela nação.

3. **O filósofo comentador**: Normalmente associamos a figura do filósofo com aquele que propõem novas ideias de autoria própria. Mas há uma grande quantidade de pessoas que se dedicam à filosofia fazendo o trabalho indispensável de comentar obras clássica e antigas. Esse aspecto do trabalho filosófico tornou possível que obras antigas chegassem até nós, por exemplo. E a grande maioria dos filósofos que conhecemos se dedicou ao estudo de outros autores antes de desenvolverem seu trabalho autoral. Há uma terceira importante função dos comentadores e historiadores da filosofia que é sugerir novas interpretações a problemas antigos e à leitura de obras consagradas.

Apesar das diferenças entre os diversos filósofos e do fato de não haver um perfil comum entre eles, uma características parecem repetir-se na maioria deles: estar vinculado a uma escola, universidade ou qualquer outra nomenclatura para um centro de ensino superior. Platão e Aristóteles fundam suas próprias escolas. Na idade média, havia os centros de estudos em mosteiros, seguidos pelo surgimento das primeiras universidades. Durante toda a idade moderna, uma grande quantidade de filósofos estava relacionada com as atividades de pesquisa e ensino nas universidades. A tendência segue na contemporaneidade, com a grande parte dos filósofos pesquisando e lecionando em universidades.

CONCLUSÕES SOBRE A NOSSA INVESTIGAÇÃO

O chegar ao fim dessa introdução, você deve ter percebido que, por mais que tenhamos visto alguns aspectos gerais da disciplina da filosofia, essa é uma introdução incompleta. É incompleta pela própria natureza da filosofia: defini-la em profundidade iria requerer uma extensa investigação filosófica. Porém, esse nosso percurso já foi suficiente para clarear os contornos gerais dessa disciplina. Vamos relembrar o que estudamos?

- ✓ Na sua vida dedicada à busca da verdade, Sócrates deixou uma valiosa lição aos estudantes de filosofia que o sucederam: para nos comprometermos verdadeiramente com com a investigação filosófica, devemos analisar nossas crenças e abandonar tudo aquilo para o qual não temos boas razões para crer. Admitir a própria ignorância é pré-requisito para a busca do conhecimento.
- ✓ O método usado por Sócrates e Platão em seus diálogos é um exemplo de como fazer filosofia. Primeiro, a pergunta filosófica é apresentada. Em seguida, os termos presentes na questão são clarificados. Depois, são

apresentados argumentos que terão sua forma, consequência e verdade avaliados.

- ✓ A filosofia não possui um corpo de conhecimentos comprovados como as outras ciências possuem. Fazer filosofia não é diferente de estudar a sua história. Esse estudo, porém, deve ser ativo: devemos estudá-la filosofando.
- ✓ De modo geral, as disciplinas da filosofia investigam a natureza da realidade, a natureza do conhecimento humano, e os valores das ações humanas.
- ✓ Os filósofos tem diferentes preocupações. Alguns deles se dedicam a várias áreas da filosofia, enquanto outros investigam apenas uma ou poucas disciplinas.

Pare e pense: Use esse momento para rever sua resposta inicial. Você mudaria algo nela? Como você pode complementá-la ou aprimorá-la? Sua opinião sobre o que é a filosofia mudou ao longo deste estudo?

Agora que chegamos ao fim desse conteúdo, você está preparado para começar seu percurso na história da filosofia. Bons estudos!

PARA SABER MAIS!

LIVROS

O Mundo de Sofia, Jostein Gaarder, 1991.

Se você é iniciante no estudo da filosofia e quer pinceladas sobre o assunto, permeadas por um romance cativante, esse livro é para você. A cada capítulo, através de cartas misteriosas, Sofia irá se aventurar na história da filosofia com seu professor-correspondente. É uma leitura interessante do início ao fim, que une a literatura aos tópicos principais da história da filosofia.

O Porco Filósofo, Julian Baggini, 1968.

Você que está iniciando sua trajetória no fantástico mundo da filosofia deve se perguntar: “Como me aventurar pelos problemas filosóficos porém sem precisar ler livros gigantescos e nem sempre tão claros?” O porco filósofo é uma sugestão para quem quer ter um aperitivo do que a filosofia tem a oferecer. O livro é organizado em 100 tópicos curtinhos. Cada tópico aborda rapidamente uma questão filosófica de forma divertida e contemporânea. Vale a pena ir atrás dessa obra!

FILMES E DOCUMENTÁRIOS

Merlí, Diretor: Héctor Lozano, 2015. Série produzida por TV3 (emissora catalã) e exibida no Brasil por Netflix.

Merli é um professor incomum. Ele definitivamente divide opiniões com seus métodos nada convencionais de ensino. Ao aceitar o posto de suplente para dar aulas de filosofia na escola de seu filho, apresentará em cada aula tópicos de algum filósofo, que repercutirão ao longo do episódio na vida dos personagens. Além do enredo envolvente, a série é toda em um idioma que não estamos tão acostumados a escutar: o maravilhoso catalão. É uma série absolutamente cativante e que você não vai conseguir largar!

REFERÊNCIAS

BONJOUR, Laurence; **Filosofia: textos fundamentais comentados** / Laurence Bonjour e Ann Baker; 2a edição; consultoria e revisão técnica desta edição: Maria Carolina dos Santos Rocha, Roberto Hofmeister Pich - Porto Alegre: Artmed, 2010

MARCONDES, Danilo; **A Filosofia: o que é? Para que serve?** / Danilo Marconde, Irley Franco. - Rio de Janeiro: Zahar: Ed. PUC-Rio, 2011.

FILOSOFIA

02

FILOSOFIA GREGA

FILOSOFIA GREGA

INTRODUÇÃO

Você, certamente, já ouviu falar dos deuses e semideuses da Grécia antiga. Eles compõem o mais famoso panteão da cultura ocidental. De heróis míticos, como Hércules, Perseu e Ulisses, até as criaturas olímpicas que governavam o inferno, o céu e os mares (Hades, Zeus e Posêidon), a cultura grega nos legou lendas que ainda hoje estimulam a imaginação de escritores. Este legado não está circunscrito à literatura e ao cinema ou às artes em geral, embora sejam mais facilmente identificáveis em obras como o recente Percy Jackson ou no nome de personagens do fenômeno Harry Potter. Palavras como "eco", que designa o fenômeno de reflexão acústica, ou "Via Láctea", o nome de nossa galáxia, vieram diretamente de lendas gregas.

As sociedades gregas cultuaram um riquíssimo panteão que, nas práticas religiosas daqueles povos, cumpriam exatamente a mesma função que outros panteões desempenharam ao redor do mundo: dar uma perspectiva de continuidade da vida após a morte, explicar a existência do universo e oferecer resposta ao assombro dos homens diante das dúvidas causadas pela consciência de estarmos vivos.

Mas como a Grécia pode ter nos deixado de herança aspectos tão antagônicos da cultura e da expressão intelectual humana como são o mito e a ciência? Uma parte da resposta está na própria formulação da pergunta (e isso você perceberá que é algo muito recorrente na Filosofia) e, a outra, está na história dos povos que constituíram esta cultura.

MITO E CIÊNCIA

Nas mitologias em geral, há muitas divindades que são personificações, e elas se distinguem dos outros deuses por serem elas próprias a forma pessoalizada de algo que é natural. Gaia não é, portanto, deusa da terra, ou seja, uma divindade que no espólio do mundo recebeu o controle da terra como Posêidon recebeu o controle dos mares após ajudar Zeus a destruir seu pai, Cronos; Gaia é a própria terra, representada em seus aspectos emocionais,

Observe que a oposição mito versus ciência faz parte de um quadro mais amplo que é o da "expressão intelectual humana". Hoje em dia, já não faz muito sentido dizer que tudo começou com a triste solidão de Gaia (personificação da terra) que decidiu criar Urano (personificação do céu) e com ele teve vários filhos, os titãs. Mas precisamos conceder que, ao imaginar deuses com características humanas e dentre eles elegerem seus preferidos (seus heróis e seus protetores), os gregos estavam registrando, em suas lendas, informações preciosas sobre sua cultura, sobre sua forma de ver o mundo, não apenas nos aspectos religiosos, mas também nos aspectos morais. O culto às divindades da guerra nas cidades em que a vida militar era mais proeminente ou o culto às divindades agrícolas nas cidades mais produtivas eram expressão daquilo que havia de mais fundamental e importante na vida dos gregos. E os heróis de suas histórias eram aquelas personagens que representavam o ideal de conduta da Grécia.

O que é importante ter em mente é que embora a Mitologia Grega não seja uma boa fonte de conhecimento sobre o que de fato é o planeta em que vivemos ou sobre o que define o sucesso de uma colheita, esta mesma mitologia é composta pelos registros de uma cultura, seu modo de ver o mundo e o comportamento humano.

Outras culturas ao redor do mundo também tiveram suas mitologias. Dos nórdicos aos tupis-guaranis, as sociedades sempre tentaram encarar o mistério do universo. Desse desafio, surgiram lendas belíssimas que, quando apreciadas em conjunto, registram o que há de mais distinto nas inúmeras culturas que se desenvolveram pelos mais diversos continentes, mas também o que há de universal na alma humana. O que de especial se passou na Grécia, então? Não é que as lendas dos gregos fossem melhores ou piores, nem mais ou menos belas, mas elas foram as lendas da Pólis.

A Pólis era a estrutura social organizadora da democracia grega. Os cidadãos gregos exerciam seus direitos políticos debatendo os temas relevantes, argumentando e objetando as ideias expostas. Agora imagine o que acontece quando, numa estrutura social como essa, alguém tenta responder a qualquer pergunta sobre a natureza do mundo apelando aos velhos mitos legados pelos poetas do passado? Na Pólis, os cidadãos debatiam entre iguais e as respostas sobre o princípio do mundo, do homem e de todas as coisas estavam sujeitas a uma apreciação crítica e ao debate. A razão grega, numa sociedade de poder fragmentado, apresenta-se como instrumental para o convívio político entre os homens. **O velho sacerdote que ditava suas regras segundo um acesso privilegiado aos deuses perdeu espaço numa sociedade em que o debate era estimulado.**

A peça Édipo Rei, do dramaturgo grego Sófocles (497-405 a.C.), se tornou uma das mais estudadas e importantes obras de arte da antiguidade. A obra é de domínio público e você não terá dificuldades em encontrar diversas traduções na internet. O Complexo de Édipo, descrito por Sigmund Freud (1856-1939) em suas teorias sobre o comportamento humano que resultaram na criação da Psicanálise, tem este nome devido à personagem principal da peça. Freud, ao formular uma teoria do inconsciente, foi responsável por uma das descobertas mais revolucionárias da história do pensamento humano, e suas descobertas influenciaram não apenas a medicina, a psiquiatria, a psicologia, mas também a filosofia, a sociologia, a política, a crítica de arte e os estudos culturais de modo geral. Em função disso, muitas leituras da peça de Sófocles acabaram condicionadas pelas ideias de Freud. A “leitura freudiana” vê nas ações dúbias e imprecisas de Édipo um sujeito atormentado para manter escondido de si mesmo um segredo terrível. Já um poeta alemão chamado Friedrich Hölderlin (1770-1843) ofereceu uma leitura distinta, traduzindo a obra com ênfase na perspectiva de que Édipo, mais do que um homem atormentado pelo seu inconsciente, é já o retrato do homem grego que passa a desconfiar da imprecisão dos oráculos. Seus questionamentos e titubeios, mais do que um desespero pessoal, são o ardil de quem está testando, com ceticismo, as estruturas religiosas da sociedade grega.

Mas e a Filosofia? Há um consenso entre filósofos e historiadores que o precursor da Filosofia era um homem de Mileto, importante entreposto comercial no litoral jônico. Os milésios já usavam moedas de ouro para realizar trocas comerciais e tinham no seu cotidiano, portanto, o hábito de utilizar um meio universal de atribuir valores, ou seja, todas as coisas comercializáveis que pudessem ter algum valor podiam ser traduzidas em

um meio universal, que eram as moedas de ouro. O filósofo Bertrand Russel (1872-1970) observa que este fato histórico propiciou uma reflexão sobre o caráter universal das coisas. Além disso, conhecimentos de geometria, astronomia, matemática e economia, em grande parte adquiridos pelas intensas atividades comerciais no Mar Mediterrâneo e o intercâmbio cultural com outras civilizações, foram decisivos quando o homem da pólis deu início à atitude de resolver certos mistérios sobre o mundo a partir da razão. E a Filosofia e a Ciência surgem, portanto, com a afirmação feita por Tales de Mileto de que "o princípio de tudo é a água".

MÓDULO 1: OS PRÉ-SOCRÁTICOS

TALES DE MILETO (640-548 A.C.) E O MONISMO MATERIAL

Por enquanto, não precisamos concordar ou não com a afirmação de Tales, o importante é perceber que sua proposta para a constituição básica do mundo não se dava por uma revelação espiritual de enviado dos deuses. Mais importante ainda é notar que Tales, ao propor um princípio unificador de todas as coisas que existem, está separando aquilo que se apresenta a nós pelos sentidos daquilo que podemos inteligir e compreender a partir da nossa faculdade de raciocinar. A diferença entre sensível e inteligível, que movimenta grande parte da filosofia posterior, começa, com Tales, a ser delineada.

> As teses monistas são aquelas que apresentam a multiplicidade do mundo como constituída de um princípio único (a água, o ar ou o fogo). Ou seja, se decompormos tudo que existe, no final teremos algo que é uma base única.

Benhur Bortolotto, Clara Tonolli

HERÁCLITO DE ÉFESO (544-484 A.C.) E A MULTIPLICIDADE EM MOVIMENTO

Ainda em torno da distinção entre o sensível e o inteligível, outro famoso filósofo apresentará uma tese diferente daquela de Tales. Heráclito, que teria dito a famosa frase "Um homem não pode banhar-se duas vezes no mesmo rio", postulou a fluidez constante do mundo. Note que o pensador de Éfeso parece fazer o caminho inverso do percorrido pelo filósofo de Mileto. Se antes se buscou inteligir da multiplicidade que nos é apresentada pelos sentidos um princípio unificador, agora, o que se tem é uma tentativa de fragmentar aquilo que identificamos como uno. Outra maneira de expressar a questão posta por Heráclito é perguntar: "o que é o mesmo?"

O homem que retorna ao rio é um indivíduo que pode ser identificado, é único, mas a que ponto tudo aquilo que compõe o reconhecimento deste indivíduo deixa de ser um conjunto para se tornar um homem específico? Se pensar nestes termos pode parecer um pouco difícil – e nos próximos capítulos veremos como Aristóteles resolve essa dificuldade –, podemos fazer o experimento partindo não do homem mas do rio. O que define o rio são suas encostas ou suas águas? Se não há rio sem água e as águas do rio estão em constante mudança, é possível dizer que o rio permanece o mesmo? Para Heráclito, a multiplicidade do ser também é uma multiplicidade de conflitos na luta de contrários que nos constituem e de cuja síntese resulta a harmonia.

Mais uma vez, o importante está na atitude de separar, no exercício intelectual, aquilo que é apreendido pelos sentidos e reconhecimento

imediatamente (neste caso, um rio específico), e aquilo que pode ser pensado e abstraído do que os sentidos nos oferecem.

PARMÊNIDES DE ELEIA (544-450 A.C.) - TUDO É UMA ÚNICA COISA QUE NUNCA MUDA

Dentre os pré-socráticos, Parmênides foi quem levou mais longe a atitude filosófica de submeter ao exame da razão aquilo que os sentidos nos apresentam. Como resultado disso, sua influência na história do pensamento é decisiva. Ao contrário de Heráclito, que via fluidez movimento em tudo, Parmênides propôs algo extremamente contraintuitivo. Sua posição era uma posição lógica que, diferentemente da de Heráclito, rejeitava a contradição.

Ao rejeitar a mudança e o movimento, Parmênides não estava negando nossa percepção da mudança e do movimento ou da multiplicidade do mundo. Para o filósofo, as coisas que existem se apresentam a nós de maneiras muito diferentes, podem ser duras ou macias, claras ou escuras, quentes ou frias, grandes ou pequenas, podem ser naturais, como plantas e bichos, ou fabricadas, como embarcações ou casas. Mas se por um lado os sentidos nos mostram essa multiplicidade, nossa razão pode apreciar em todas essas coisas, tão distintas entre si, uma propriedade comum: elas são. O ser passa a ser compreendido como uma propriedade essencial das coisas. E, com base nisso, Parmênides resolveu afrontar ainda mais os sentidos e a percepção que os gregos tinham do mundo, porque, afinal, é impossível dizer que uma coisa é e não é, ao mesmo tempo. O ser, portanto, é tudo aquilo que é, e o não ser, não é. O que não é não existe, e, não existindo, não pode modificar o que existe, de modo que tudo aquilo que existe é imutável.

> O princípio da não-contradição está na base de toda lógica e expressa a coesão de tudo aquilo que pode de fato ser pensado. Hoje em dia, com o desenvolvimento das notações lógicas que expressam as relações entre nossos pensamentos, convencionou-se a expressá-lo formalmente da seguinte maneira: $\neg(P \wedge \neg P)$. Você vai aprender mais sobre estes símbolos nas aulas de lógica. Mas o que está expresso na fórmula é que não é possível que uma coisa seja e não seja ao mesmo tempo e sob o mesmo aspecto. Você pode pensar que uma maçã é vermelha ou que uma

Mas e as mudanças que vemos, constantemente, ao abrirmos nossos olhos para o mundo? A chuva caindo, os nascimentos e as mortes? Parmênides não nega que nossos sentidos nos apresentem um mundo em constante mudança, mas, para o filósofo, as mudanças não passam de ilusão dos sentidos. Sua tese abriu caminho para a Ontologia, o estudo do ser enquanto ser.

Tales dá início a uma tradição que consiste em buscar, naquilo que obtemos do mundo pelos sentidos, informações que não nos são dadas pelos olhos, pelo olfato, pela audição, pelo tato ou pelo paladar. Dizer que há um princípio único que organiza todas as coisas do mundo é abrir mão de compreendê-las apenas por suas características sensíveis. Essa atitude inédita diante do mundo revolucionou a ciência e as tecnologias. Mas e o sentido da vida? E o bem e o mal? E a verdade? Os pré-socráticos se ocuparam da physis (física), ou seja, da natureza do mundo e dos movimentos. A postura político do homem grego, diante das dúvidas sobre o universo, foi a de tentar resolvê-las apelando para a razão. Mas é com Sócrates que a atitude filosófica é radicalizada e, mais do que investigar a natureza do mundo, os filósofos passarão agora a usar a razão para investigar um pouco de tudo.

MÓDULO 2: SÓCRATES, PLATÃO E O INÍCIO DO PERÍODO CLÁSSICO

No período clássico, há um deslocamento de interesses e emergem figuras importantes da sociedade grega: os sábios, também conhecidos como sofistas. Herdeiros de uma rica tradição literária e cultural, os sofistas se tornam os professores da pólis, e, com habilidade de retórica, passam a discorrer sobre problemas que já não dizem mais respeito à natureza do mundo, mas ao homem, seus valores e suas relações com a sociedade. Um proeminente pensador grego, Protágoras de Abdera (485-411 a.C.), disse que “o homem é a medida de todas as coisas”. Nesta frase, “o homem” não deve ser tomado por um gênero ou uma raça, mas por um indivíduo. Com essa afirmação, Protágoras marca o relativismo próprio da sofística: a verdade é conforme a consciência de cada um, ou seja, a verdade de um pode não ser a verdade de outro. Os sábios utilizavam a retórica para convencer os demais de sua própria verdade. O discurso vale menos por ser verdadeiro ou falso e mais por ser um instrumento de pacificação, de consenso político e social.

O bom discurso não é aquele que reflete mais adequadamente a realidade, mas sim aquele que tem mais capacidade de convencimento e persuasão.

SÓCRATES (470-399 A.C.) - SÓ SEI QUE NADA SEI

O que se tem registrado sobre a filosofia de Sócrates está nas obras de dois de seus discípulos, Platão e Xenofonte. O primeiro o descreveu, protagonizando os diálogos socráticos, como o filósofo de um poderoso e combativo método de investigação. O segundo, como mais um sofista. O Sócrates que adquire relevância histórica, portanto, é aquele cujas ideias estão descritas nos diálogos de Platão.

Como acabamos de ver, a cena cultural grega havia sido tomada pelos sofistas e você ainda deve ter notado, pelas teses dos pré-socráticos, que a Filosofia tem um movimento pendular, ou seja, que as teses que adquirem importância acabam resultando em uma tese oposta. E foi neste contexto da Grécia sendo influenciada pelo relativismo dos sofistas que o pêndulo da história deu início ao seu movimento no sentido contrário. Sócrates rompe com os sofistas ao buscar uma referência para a verdade que não seja subjetiva, que não varie de pessoa para pessoa.

Para atacar o relativismo sofista, Sócrates não pode simplesmente oferecer a um interlocutor uma tese distinta da que este lhe apresenta, porque a situação resultaria numa disputa retórica de duas verdades. Sócrates, ao perguntar o que é a bravura, assume a postura de quem de fato não sabe o que é a bravura. Sua certeza é a de não saber, e, aos poucos, pelo seu método de perguntar ao interlocutor o que é determinado valor, mostrará que também seu interlocutor, embora cheio de certezas e autoridades, não sabe. Mostrará ainda que o bravo, embora pratique e exerça a bravura, não tem o critério da bravura.

O método socrático consiste no seguinte esquema.

- ✓ Sócrates pergunta o que é determinado valor.
- ✓ Seu oponente responde com uma definição ou um exemplo.
- ✓ Sócrates acata a definição e em seguida apresenta um caso daquela definição ou exemplo que contém características que impeçam o próprio oponente de aceitar que aquilo que está sendo dito seja o valor que ele havia apresentado.
- ✓ A partir daí, formula-se uma nova tentativa de definir o valor.
- ✓ Sócrates, irônico, novamente aceita, mas apresenta novo contraexemplo.

- ✓ Assim, a cada movimento do diálogo, o sábio desafiado por Sócrates vai tendo seu suposto conhecimento esfacelado.

A noção de ética (ethos), outra das áreas temáticas da filosofia, sofreu uma distorção à medida que as sociedades modificaram sua forma de se organizar. Hoje associamos a ética às ações do homem em seu convívio social, mas na sociedade grega do período clássico a ética estava relacionada ao bem viver e à virtude pessoal.

Epistemologia é o estudo (logia) do conhecimento (episteme) e uma das áreas mais exploradas da filosofia de tradição analítica nos dias de hoje.

A filosofia política (politikos) trata das

A filosofia de Sócrates tem então uma implicação ética interessante: o erro moral se torna um erro intelectual. É por não saber quais são os critérios dos valores que os homens erram. Além dessa consequência moral, há uma consequência epistemológica: ao contrário do que dizia Protágoras, o critério se impõe ao homem como critério, e a medida de determinado valor é o próprio valor, e não o homem. O erro é ignorância e saber é poder. Com isso, suas ideias têm ainda um forte impacto político: se saber é poder, nem todas as pessoas possuem o mesmo poder. Com Sócrates, inicia-se então um movimento que ataca alguns dos princípios da democracia grega, incorporando o saber à escolha do político.

Na democracia ateniense, os cargos políticos eram determinados por sorteio. É preciso ter em mente que este processo democrático excluía mulheres, escravos, estrangeiros e todos aqueles que não tivessem sua liberdade econômica. Mas se a escolha do médico para tratar o enfermo se dá pelas suas competências e habilidades em curar os doentes e se a escolha do general se dá pela sua capacidade de guerreiro e estrategista, porque então os assuntos administrativos da Pólis podem ser relegados ao acaso?

Ao propor que o critério do líder político seja o saber, um saber que pode ser adquirido por qualquer pessoa, Sócrates está afrontando a própria organização de classes da Grécia e é esta afronta que será decisiva para que o acusem de impiedade.

PLATÃO (428-347 A.C.) - O MUNDO DAS IDEIAS

O filósofo e matemático britânico Alfred North Whitehead (1861-1947) costumava dizer que toda filosofia ocidental são notas de rodapé à obra de Platão. A frase expressa a amplitude dos temas tratados por este grego notável, cuja obra é indissociável da de seu mestre Sócrates. Você deve estar familiarizado com a expressão "paixão platônica". Dizer que um amor ou uma paixão é platônico significa dizer que ele não está realizado e existe apenas no campo das ideias.

Platão contribuiu de maneira impactante para a epistemologia. Distinguiu a opinião verdadeira do conhecimento, mostrando que há uma grande diferença entre dizer que "um homem vai bater à porta" e casualmente um homem bater à porta e dizer a mesma frase podendo justificar a afirmação de modo que se possa estabelecer uma ligação causal entre o que é afirmado e aquilo que de fato acontece. Ou seja: temos muitas opiniões sobre o mundo e várias delas podem eventualmente ser verdadeiras, mas para que elas não sejam meras opiniões é preciso justificá-las.

Para Platão, o conhecimento se dá quando se vai além das imagens do sensível e se alcança o conhecimento filosófico das próprias ideias que existem como regra do mundo, essências imutáveis, que alcançamos apenas pela depuração das ilusões sensíveis. O mundo sensível é apenas uma cópia ou sombra da realidade essencial do mundo: as ideias. Perceba que este pensamento, expresso na Alegoria da caverna, integra duas posições distintas da filosofia dos pré-socráticos: a fluidez de Heráclito como racionalização do mundo sensível, e o ser imutável de Parmênides, que se refere às ideias mesmas.

Pense, por exemplo, que existem muitos cavalos no mundo e várias pessoas estão aptas a identificar um cavalo, ainda que os cavalos sejam muito diferentes entre si. Mas, segundo Platão, existe um critério para o próprio cavalo ser um cavalo. Existe uma distinção entre o cavalo que se apresenta aos órgãos sensíveis e a ideia de cavalo que é o critério para que se possa dizer de todos os cavalos que há algo em comum a eles, e com isso a filosofia de Platão continua a tratar do tema do sensível e do inteligível.

Platão é o primeiro dos filósofos a legar uma vasta obra cujo registro permite aos filósofos e historiadores compor um quadro mais amplo e preciso tanto de sua biografia quanto de seu pensamento. Sua forma

 |

literária mais usual foi o diálogo em que do debate de ideias se extraía uma tese. Você também deve ter notado certas semelhanças entre a filosofia de Platão e a de Sócrates – o que é natural uma vez que o principal registro literário que temos de um é como personagem na obra do outro.

É com Aristóteles, outro dos filósofos cujos textos foram recuperados, que a Filosofia começará a ser articulada em sua amplitude de temas.

MÓDULO 3: ARISTÓTELES (384-322 A.C.) - A METAFÍSICA

O termo metafísica, que designa toda uma área de estudos da Filosofia, tem uma etimologia curiosa. Quando foi feita a recuperação e organização da obra de Aristóteles, separou-se os escritos sobre a física dos demais, que envolviam, por exemplo, textos sobre ética e política e, na falta de um título para os textos que tratam dos assuntos que hoje chamamos de metafísicos, eles foram classificados como os textos de "depois (meta) da física". O meta que tinha conotação espacial de "depois" e indicava o lugar destes textos passou a ter uma conotação transcendental, de "além" da física, e designa as obras que estudam o conhecimento daquilo que está além do mundo físico.

RESOLVENDO PARMÊNIDES

Você deve lembrar que Parmênides criou um problemão para a multiplicidade ao postular que só existe o que é, e portanto o que é não muda porque não pode ser influenciado pelo que não é. Para devolver o movimento ao mundo e tornar sua concepção intelectual das coisas que existem menos conflituosa com a concepção sensível, Aristóteles deu um importante passo na história da filosofia. Sua saída para o problema de Parmênides foi fraturar o ser, quebrando-o ao meio e constituindo uma nova oposição de forças que fosse capaz de restabelecer o movimento. Aristóteles propôs que há duas maneiras de ser: ser em ato e ser em potência.

Ser em ato é aquilo que o ser é na sua atualidade, no seu instante. A semente da maçã é, em ato, uma semente de maçã.

Ser em potência é aquilo que o ser pode ser e que já está inserido em sua realidade. A semente da maçã tem em si a potência da macieira.

No devir (ou seja, no vir-a-ser), a atualização das potências, a realização das potencialidades, ambas inseridas dentro da unidade que Parmênides havia estabelecido para o ser, permitem a divisão de forças que devolverá ao filósofo a capacidade de pensar o mundo por seus movimentos.

RESOLVENDO HERÁCLITO

Aristóteles também foi muito inventivo em identificar princípios racionais e criar conceitos que nos permitissem perceber o mesmo que Heráclito se perguntou o que era ao decompô-lo em uma multiplicidade. Os conceitos aristotélicos para resolver este problema e que são essenciais em sua metafísica são "substância" e "acidente".

Pensem, por exemplo, que vocês podem identificar uma mesma pessoa ainda que a tenham visto mais branca no inverno e agora a encontrem bronzeada do sol do verão. O que Aristóteles começa a estruturar são categorias que organizam essa identificação e, a partir delas, podemos constatar que existe uma substância que permanece quando todo o resto muda.

Leonardo é um menino branco que voltou da praia bronzeado.

Ser branco é uma propriedade de Leonardo assim como ser bronzeado.

Tornar-se bronzeado é uma potência de Leonardo mesmo quando em ato ele é branco.

A definição de Leonardo não depende da cor (do branco ou do bronze), as cores são propriedades acidentais da substância Leonardo.

As substâncias, portanto, são aquelas coisas que existem em si mesmas e os acidentes são aquelas coisas que só existem em outras. Cores, por exemplo, são propriedades acidentais porque não existe tal coisa como o branco em si. O branco só pode existir como propriedade de uma outra coisa: em um tecido, uma parede, uma mesa, etc... Do mesmo modo, as quantidades, ou números, também não existem em si. Você não encontra na rua um número 8 andando solitário. Os números, assim como as cores, só podem ser identificados em outras coisas que não eles próprios.

O mesmo de Heráclito passa a poder ser entendido como aquilo que permanece independente das mudanças acidentais que lhe ocorram. Pedro permanece sendo Pedro ao ficar careca, ao envelhecer ou ao renovar radicalmente o seu guarda-roupa, porque Pedro é uma substância.

MATÉRIA E FORMA

Outro par conceitual importante da metafísica aristotélica é composto pelas noções de matéria e forma. Aristóteles propôs que todo ser é constituído de matéria e forma como princípios inseparáveis.

Matéria é a própria composição física do mundo.

Forma é o que faz com que uma coisa seja aquilo que é.

A matéria contém a forma em potência. A madeira contém em si, como potência, a forma da mesa e também a forma cadeira, mas não a forma de um ser humano.

UM FILÓSOFO VERSÁTIL E RIGOROSO

Os interesses de Aristóteles foram tão variados quanto poderiam ser: dedicou-se a compreender o mundo, mas também a compreender o homem em seus aspectos culturais (estética), éticos e políticos. Também sistematizou a investigação filosófica, que em sua época já havia sido bastante amadurecida, discutindo proposições, premissas, conclusões e argumentos a partir das regras lógicas da silogística, que se apresentava como uma ferramenta de controle para evitar argumentos inválidos. Seus textos sobre ética investigam a natureza da virtude moral e da vida plena do homem. Na estética, lançou-se a investigar a poesia grega a fim de identificar seu papel no desenvolvimento da cultura, no aprendizado e no intelecto humano. Na política, aprofundou a reflexão sobre os limites da democracia, mas rejeitou a concepção platônica da República por considerá-la demasiado utópica.

Silogismo é um raciocínio lógico do qual, a partir de duas proposições tomadas como premissa, obtém-se uma terceira que é sua conclusão.

- ✓ Premissa 1: Todo homem é mortal.
- ✓ Premissa 2: Sócrates é homem.
- ✓ Conclusão: Sócrates é mortal.

Veja que o que amarra este raciocínio é o próprio princípio da não contradição uma vez que seria impossível pensar que 1 e 2 sejam verdade sem que a 3 também seja. Para um lógico nunca interessa se de fato todo homem é mortal, o que interessa para o lógico é a relação entre as ideias. Então o que importa é que

SE for verdade que todo homem é mortal (e)

SE for também verdade que Sócrates é homem

Não se pode pensar em Sócrates como não sendo mortal

Agora veja o seguinte argumento:

Toda baleia é peixe

Jubartes são baleias

Jubartes são peixes

Existe uma premissa errada no argumento, afinal, baleias não são peixes. Mas do ponto de vista lógico, o argumento é válido porque, se baleias fossem peixes, seria impossível imaginar uma situação em que as duas primeiras premissas fossem verdade e a conclusão fosse falsa sem que caíssemos em contradição.

Agora veja um exemplo de quando mesmo as premissas sendo verdadeiras o argumento não consegue se sustentar:

Todo homem é mortal

Fifi é mortal

Fifi é homem

É verdade que todo homem morre e é verdade que Fifi, meu cachorrinho é mortal, mas não é verdade que por Fifi ser mortal ele é necessariamente homem, porque a primeira premissa não diz que tudo

MÓDULO 4: FILOSOFANDO

Mas e a contribuição da Filosofia Grega nos dias de hoje? Bem, algumas dessas ideias estão na base de sustentação de teses filosóficas complexas e os velhos conceitos filosóficos dos gregos, como: Ideia, Devir, Substância, Acidente, Potência, etc., servem até hoje como ferramenta de compreensão do mundo. Mas observe que o panorama que foi apresentado aqui tem efeitos práticos muito diretos em nossas vidas.

Quando você decide sair de casa para estudar ou passear com algum amigo, está sujeito a uma série de perigos que o mundo oferece. Aliás, se ficar em casa também está correndo alguns perigos. Não temos, ao acordar, qualquer garantia de que à noite voltaremos seguros para nossas camas, mas ainda assim saímos, estudamos, trabalhamos, damos continuidade às nossas vidas. Muitas vezes, quando investimos em uma paixão, não temos garantias de sermos ou não correspondidos. A gente se interessa, se aproxima, vai descobrindo aos poucos mesmo sem muita segurança. Se esperarmos certezas sobre certas coisas permaneceremos imobilizados. Mas estes são aspectos pessoais de nossas vidas. E nos aspectos públicos?

O grau de segurança que eu preciso ter de que uma receita de bolo que eu estou inventando vai funcionar é muito menor do que o grau de segurança que eu preciso ter quando digo a alguém que o tratamento ideal para curar sua doença é X ou Y. O grau de segurança sobre o crime que eu preciso ter quando decido se uma pessoa deve ou não ser privada de sua liberdade é muito maior do que a segurança que eu preciso ter quando estou escolhendo a qual filme vou assistir.

A expressão usada foi propositalmente "grau de segurança" e não "grau de certeza" porque a certeza é um estado psicológico do indivíduo. Há pessoas que têm certeza que são Napoleão Bonaparte, e nós sabemos que elas não são. Certeza é um estado íntimo e pessoal que, do ponto de vista da vida pública, não tem muito valor se não puder ser traduzido em termos que possam dar garantias da crença. Quando falamos em segurança, estamos falando em condições de prestar contas, justificar. O médico deve estar apto a poder fundamentar suas escolhas quando se trata da vida de seu paciente assim como o juiz precisa fundamentar sua decisão de prender ou não um suposto criminoso.

Perceba que existe uma dimensão formal do conhecimento. O conhecimento como estado psicológico individual não pode adquirir valor público sem uma boa fundamentação. Quando nossas escolhas impactam outras pessoas, ou a sociedade, é necessário que estejamos aptos a prestar contas do que as fundamentou.

Esta é uma lição importante que a sociedade e a filosofia grega nos deram, mas é também um dos problemas constantes da filosofia: refletir sobre o ponto preciso em que um assunto deixa de ser privado e passa a ser de interesse público; ou mesmo sobre o que conta como conhecimento e o que não pode ser seguramente definido como algo mais substancial do que mera opinião.

Esta é uma das razões para que sociedades civilizadas tenham como princípio jurídico fundamental a "presunção da inocência". Para pensarmos em termos mais concretos, imagine uma grande escola fechada em que não há ninguém exceto um sujeito cujo emprego é servir de fiscal para o nosso argumento.

Existem duas afirmações sobre esta escola:

- ✓ Afirmação 1: Existe rato nesta escola
- ✓ Afirmação 2: Não existe rato nesta escola

O trabalho do fiscal é provar uma delas. Mas observe que ele não está em condições de provar a afirmação 2 porque ele só pode procurar em uma sala por vez, e o rato pode estar sempre em outro lugar. Mesmo que ele disponha de um tempo infinito de busca, o rato pode ficar se movendo de um lugar a outro. Se depois de 20 horas incessantes de busca ele não encontrar um rato, ele ainda assim não poderá garantir que a afirmação 2 é a correta. Por outro lado, basta que ele encontre um único rato para declarar que a afirmação 1 é a verdadeira. Agora vamos voltar ao direito.

Ainda que nossas polícias sejam as mais bem equipadas e que os cidadãos estejam dispostos a abrir mão de sua privacidade para serem vigiados em todos os espaços possíveis, o Estado jamais poderá garantir 100% de punição para os crimes. O Estado só poderia dizer "Estamos livres de crimes" e o fiscal só poderia dizer "Estamos livres de ratos" se eles possuíssem uma onisciência que é humanamente impossível. Se não há como oferecer garantias de punição total para os criminosos, existe outra garantia que o Estado pode fornecer, que é a da liberdade para os inocentes. A presunção de inocência é portanto uma tentativa de garantir que se um cidadão é inocente ele não será punido. É claro que a polícia e a justiça, como tudo que é humano, têm muitas falhas e muitas vezes nossas instituições se deixam levar por certezas não fundamentadas e o resultado disso são injustiças irreparáveis. Mas note que quando o criminoso é indevidamente inocentado, ainda que isso nos revolte, faz parte das próprias limitações do Estado, que, como vimos, não pode dar garantia de punição total. Mas quando o inocente é indevidamente punido, o Estado erra gravemente porque a liberdade dos

inocentes pode, sim, ser garantida, se respeitados os princípios de fundamentação das escolhas que impactam a vida pública.

DICA DE FILME:

- ✓ Doze homens e uma sentença (1957)

  Direção: Sidney Lumet

  O filme se passa dentro da sala de um júri que precisa decidir sobre um caso de assassinato. Onze dos doze jurados estão convencidos da culpa do acusado, mas um deles insiste em convencer os demais de que é possível que o réu seja inocente. Pode ser um interessante exercício filosófico analisar, sem o envolvimento emocional que temos com as nossas decisões do dia a dia, o quanto defesa e acusação conseguem prestar conta de suas posições, tendo sempre em mente que a acusação é quem precisa apresentar prova definitiva.

FILOSOFIA

03

FILOSOFIA MEDIEVAL

FILOSOFIA MEDIEVAL

E aí, galera do Me Salva! Nesta apostila você encontrará uma apresentação geral do que foi o período conhecido como Filosofia Medieval e aprenderemos, de uma maneira mais aprofundada, sobre dois dos principais autores do período: Santo Agostinho e São Tomás de Aquino. Você deve se perguntar: Por que esse conteúdo é importante? É importante, pois esse período é repleto de curiosidades! Você sabia, por exemplo, que foram através de filósofos árabes que alguns dos textos gregos chegaram até a Europa medieval? Averróis, um dos comentadores árabes de Aristóteles, possuiu tanta autoridade no meio acadêmico medieval que era referenciado como "o Comentador" nos textos do período. E Aristóteles, autoridade máxima, era chamado de "o Filósofo" nos textos de São Tomás de Aquino. E você sabia que as universidades foram criadas nesse período? Os avanços nas instituições de ensino a partir do século XII acabaram influenciando no período das luzes, o Renascimento, que você estuda na Idade Moderna. Parece, portanto, que havia alguma "luz" na Idade Média! Já que essa "época das trevas" não foi tão escura assim, vamos seguir em frente e ver o que foi pensado e produzido ao longo desse período.

Vamos encontrar em muitos livros de filosofia para o Ensino Médio que a Filosofia Medieval corresponde ao período que durou a Idade Média e que é composta pelos livros e textos escritos nesse período. Mas outra definição possível do que deve ser compreendido como Filosofia Medieval e que também nos faz perceber a peculiaridade desse momento, é a seguinte:

Filosofia Medieval: Conjunto de obras e investigações filosóficas cujo método principal é a tentativa de comparar e conciliar as especulações filosóficas com o que é postulado pela doutrina cristã. Na ordem das disciplinas, a Filosofia é subordinada à Teologia. Portanto, podemos considerar também que a Filosofia Medieval acaba quando esse método não é mais o método predominante.

Veremos que os maiores desenvolvimentos filosóficos do período foram tentativas de conciliar as teorias filosóficas dos gregos, romanos e até árabes com a doutrina cristã. Os medievais não tiveram acesso a muitas obras de Platão e Aristóteles traduzidas diretamente do grego para o latim, e eram poucas e raras as que existiram até o século XII. Porém, o modo de encontrar informações sobre os autores gregos era através das obras de autores pagãos, como Sêneca e Cícero, e através de autores patrísticos, como Boécio, por exemplo.

Podemos dividir a Filosofia Medieval em dois momentos distintos:

1º MOMENTO - PATRÍSTICA

O nome dado a esse período vem pelo fato de que as obras eram produzidas, na sua grande maioria, por padres da igreja católica. Essa escola não era muito distinta da Teologia e seus textos não eram tão sistemáticos e rigorosos como os do período seguinte. As produções desse período não eram feitas apenas para uso acadêmico e eram destinadas a qualquer leitor bem instruído que desejasse se inteirar dos temas estudados, o que tornava a sua leitura mais acessível em comparação aos textos escolásticos.

O principal autor dessa escola é Santo Agostinho, que estudaremos com mais detalhes a seguir. Outro grande autor do período é Boécio (480-525 d.C.), que traduziu algumas poucas coisas diretamente de Aristóteles e também escreveu sobre lógica e sobre filosofia em geral e era, por isso, uma das principais fontes sobre os autores gregos no período medieval. Foi condenado por traição e executado. No período que ficou encarcerado, escreveu sua obra "A Consolação da Filosofia".

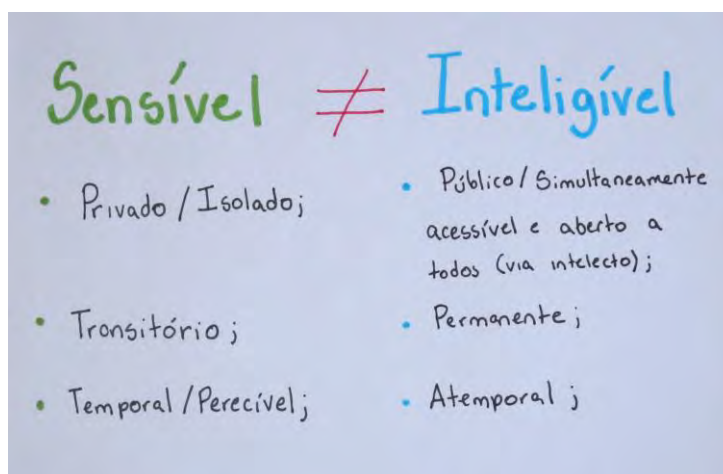
Ainda nesse primeiro momento, durante o período do Império Carolíngeo (768 - 814 d.C.), houve um investimento em educação por parte do governo de Carlos Magno. Esse investimento - que gerou um aumento na produção filosófica da época e que depois teve impacto no surgimento das escolas catedrais e das universidades - decaiu após o fim desse reinado, gerando um hiato até o período seguinte.

IMAGEM DE AGOSTINHO DISPONÍVEL EM:HTTPS://UPLOAD.WIKIMEDIA.ORG/WIKIPEDIA/COMMONS/THUMB/1/13/SIMONE_MARTINI_003.JPG/198PX-SIMONE_MARTINI_003.JPG

Santo Agostinho viveu entre 354 e 430 d.C. e passou a maior parte de sua vida no norte da África nas cidades de Tagaste e Hipona (territórios romanos na época e onde atualmente se encontra a Argélia). Ele teve contato com textos platônicos e neoplatônicos no período em que esteve em Milão e estes foram de grande inspiração para sua obra. Em 391, Santo Agostinho é ordenado padre na congregação de Hipona e, em 395, se torna bispo. Em suas primeiras obras ele mostra determinação em compatibilizar as teorias platônicas com os preceitos do cristianismo, porém expressa nas suas obras posteriores estar ciente de alguns pontos de extrema incompatibilidade entre eles.

Como a filosofia de Agostinho é inspirada em Platão e nos neoplatônicos, a distinção entre os conceitos de sensível e de inteligível é muito importante para o autor e impacta suas respostas para diversos problemas filosóficos e teológicos. Relembrando as idéias platônicas da apostila sobre Sócrates e Platão, perceba que a inspiração de Agostinho é a “Teoria das Idéias” de Platão. Vamos ver como ele tenta compatibilizar essas idéias com os preceitos cristãos:

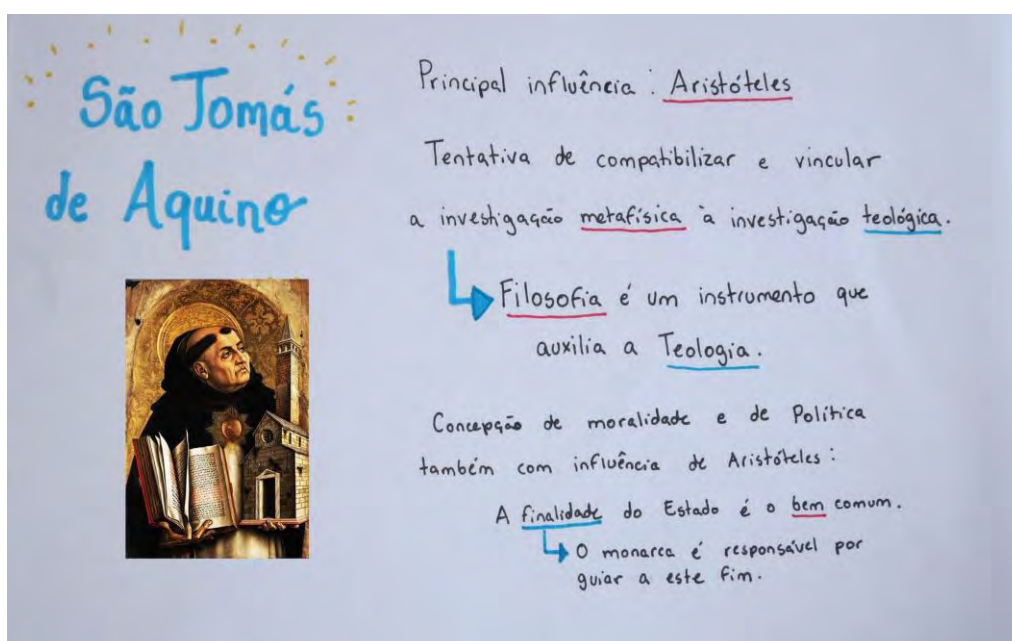
Para Agostinho, o homem é composto de corpo e alma. O corpo pertence ao reino do sensível e é governado pela alma. Através da alma e do uso da razão, o homem pode acessar o reino do inteligível, que deve ser entendido como os conhecimentos e objetos que são acessíveis pelo intelecto, pela razão e pela alma.

As coisas sensíveis são individuadas, privadas e isoladas. Elas estão sujeitas aos efeitos da temporalidade, portanto são transitórias e perecíveis. Já as coisas inteligíveis são públicas e podem ser simultaneamente conhecidas por todos. Elas não ocorrem no tempo e sua realidade é permanente e atemporal. Os conhecimentos divinos, por exemplo, estão todos no reino do inteligível e são acessados através da razão e da alma.

Um problema central na obra de Santo Agostinho é a sua tentativa de responder como é possível que exista o mal no mundo se a natureza de Deus, que criou tudo, é bondosa e amorosa. Como Deus poderia ter criado algo contrário a sua natureza? Como Agostinho irá responder a essa incompatibilidade?

Para Agostinho, o sensível não é considerado como o mal em si. O mal, segundo o autor, não é um ser ou uma coisa, mas um mau funcionamento da nossa vontade que ocorre a partir da nossa condição de percepção do mundo. A condição humana (ser composto por mente e corpo) nos faz propensos a perceber as coisas materialmente e, sem o uso da razão, somos inconscientes de que o mundo sensível é apenas uma parte de um grande todo que compõem a verdade.

A vontade do homem pode se guiar tanto por desejos e apetites, como os animais, quanto pela razão, que é a melhor forma de governar a vontade segundo Agostinho e os platônicos. Quando o homem é inconsciente da existência da realidade inteligível, a sua vontade é guiada apenas pelo desejo de objetos sensíveis e transitórios, em um domínio moralmente perigoso para o ele. Através da razão, o homem é capaz de acessar o reino do inteligível, das verdades divinas e de se guiar por elas. O mal moral é, portanto, a vontade humana que persegue os objetos materiais como se fossem bens divinos. O mal é a moral que acredita que os bens menores são os maiores. Dessa forma, o mal não é uma coisa que existe em si mesma e não depende da criação de Deus, logo não há mais o problema de incompatibilidade que parecia haver quando essa pergunta foi formulada.

Agostinho também escreveu um livro sobre política, "A Cidade de Deus", como uma resposta a questões práticas de seu tempo. Em 410, Roma é saqueada pelos visigodos. Na época, muitas pessoas justificaram que o

ataque foi um castigo divino por parte dos deuses romanos, insultados com a modificação da religião romana politeísta pela religião cristã. A primeira parte da obra se ocupa de contra-argumentar essas afirmações e a segunda expõe a crença que Agostinho defende; ele procura justificar que esse ataque não foi obra de algum deus pagão e que busca fortalecer a crença no deus cristão. Para Agostinho, a história humana está dividida em um conflito entre a Cidade de Deus, cidade de pessoas, que contemplam a Deus e vivem em função Dele, e a Cidade Terrena, composta por pessoas que vivem em função de prazeres e cuidados do mundo sensível, conflito no qual deverá vencer a última.

2º MOMENTO – ESCOLÁSTICA

Nesse segundo momento, a Filosofia se torna uma disciplina cada vez mais especializada e é buscada por aqueles que se dedicam à vida acadêmica. Os textos produzidos pelos acadêmicos possuem jargões específicos e são voltados para o público universitário. Essa especialização foi possível porque, a partir do século XII, após as cruzadas e com uma maior segurança para viagens, novas traduções de Aristóteles e outros textos gregos, latinos e árabes passaram a serem conhecidos pelos medievais europeus.

Surgem, nesse período, novas instituições de ensino. Existiam os monastérios, as escolas catedrais (escolas urbanas) e as universidades. As universidades se desenvolveram a partir das escolas catedrais, como ocorreu em Paris, por exemplo. As universidades ofereciam quatro faculdades: Artes, Direito, Medicina e Teologia. A faculdade de Artes era composta por várias disciplinas, inclusive Filosofia. Ela era uma faculdade introdutória e pré-requisito para o aprofundamento em outras faculdades, como Teologia, por exemplo. Nesse período, Filosofia e Teologia se tornam mais distintas uma da outra: mais sistemáticas, rigorosas e precisas. O uso de textos de Aristóteles foi proibido nas aulas públicas das universidades no Início do século XIII, por se tratar de um autor pagão, mas isso não impediu que, já em 1250, ele fosse bastante comentado por todos.

Os problemas filosóficos clássicos desse período eram do escopo da Filosofia da Religião. Alguns exemplos são: o problema da existência do mal, o problema do livre arbítrio e o problema da incompatibilidade dos atributos divinos.

Santo Anselmo (1033 - 1109) é um dos autores que marcam a transição entre o primeiro e o segundo período da Filosofia Medieval. Em comparação com o que se produzia no período anterior, suas obras são mais técnicas e acadêmicas, mas ainda não estão cheias dos jargões clássicos da escolástica. Já São Tomás de Aquino, um dos principais nomes desse período, junto com Guilherme de Ockham e João Duns Scotus, é vinculado à universidade de Paris e se pode encontrar uma maior sistematicidade e rigor em seus textos. Vamos estudar mais sobre esse autor:

IMAGEM DE S. TOMÁS DISPONÍVEL EM: HTTP://WWW.AASCJ.ORG.BR/HOME/WP-CONTENT/UPLOADS/2012/07/SAO-TOMAS.JPG

São Tomás de Aquino viveu entre 1225 e 1274. Nasceu na Itália e, a partir da sua juventude, pertenceu à congregação Dominicana. Aquino viveu em um período crucial da história da Filosofia Medieval: a chegada de novas traduções de filósofos gregos, latinos e árabes à europa ocidental e, em especial, de textos e comentários sobre a obra de Aristóteles.

Aquino estudou nas universidades de Nápoles e de Paris. Nas universidades, como vimos acima, eram oferecidas as faculdades de Artes, Direito, Medicina e Teologia. Artes era a faculdade que continha as disciplinas da Filosofia e servia de pré-requisito para as outras e sua especialização máxima devia ser a Teologia. Porém, a primazia da Teologia em relação à Filosofia começou a ser questionada principalmente após a tradução destes novos textos filosóficos gregos; alguns alunos encerravam seus estudos na

faculdade de Artes e não seguiam para a Teologia. Não é à toa que, em 1277, quatro anos após a morte de São Tomás de Aquino, algumas teses filosóficas foram condenadas como heréticas pelo bispo de Paris, Estêvão Tampier:

- ✓ “Não há condição de vida mais excelente do que dedicar-se à filosofia”;
- ✓ “Para que o homem tenha certeza a respeito de alguma conclusão, é preciso que esta esteja fundada em princípios evidentes por si. - Trata-se de um erro, pois se fala de maneira geral tanto da certeza da apreensão como da certeza da adesão”;
- ✓ “Não se deve crer em nada, exceto nisto que é evidente por si ou nisto que é demonstrado a partir o que é evidente por si” ;
- ✓ “O homem não deve se contentar da autoridade para obter certeza a respeito de nenhuma questão”.

Como podemos ver, era um período delicado para lidar com proposições que pudessem colocar em risco a fé cristã. Mas por que os pressupostos da Filosofia colocavam em risco o conhecimento que a Teologia da época proporcionava? Quais as diferenças básicas entre esses dois conhecimentos?

O conhecimento filosófico, assim como as Ciências Naturais, pretende estar fundado em princípios que podem ser acessados racionalmente por todos. São princípios da razão que podem ser conhecidos por si e sob os quais a discordância dos homens cessa. Um exemplo de princípio sobre o qual se funda a investigação filosófica é o “princípio de não contradição” que vimos na apostila sobre Aristóteles. A teologia, ao contrário, pretende estar fundada em princípios que só estão disponíveis por meio da revelação divina. É claro que esses princípios podem ser analisados e articulados pelas regras gerais do pensamento, mas, em última análise, eles só podem ser aceitos por aqueles que aceitam os preceitos religiosos que os sustentam.

Aquino tentará compatibilizar essas duas formas de produzir conhecimento de tal forma que a Teologia tenha o caráter de uma ciência investigativa e que esteja no mais alto grau da hierarquia dos saberes. Desde as investigações de Aristóteles, buscava-se compreender a ordem das disciplinas do conhecimento. A hierarquia dos saberes que é considerada por Aquino tem, na sua base, os conhecimentos que só dependem da observação e da investigação empírica, que fazem uso prático da razão. Subindo o grau de complexidade, estariam os conhecimentos que dependem da observação, mas também do pensamento, e que fazem um uso prático e teórico da razão. Por último, no maior grau de complexidade, estariam as disciplinas que só dependem do pensamento, disciplinas que só

fazem uso teórico da razão. Destas disciplinas, a Metafísica é a maior meta da investigação filosófica: é o conhecimento teórico da razão sobre a primeira causa de tudo, do divino.

Porém, Tomás de Aquino faz uma pequena modificação no texto aristotélico para torná-lo compatível aos seus propósitos: a metafísica não é mais a ciência do "ente enquanto ente", e sim do "ente criado enquanto ente". A Teologia assume a primeira posição na hierarquia do conhecimento e a metafísica filosófica passa a ser uma disciplina que assessora a investigação teológica. A Filosofia se ocupa das investigações que o homem pode descobrir por meio do uso da razão, como "Deus existe", e a Teologia se ocupa daquelas questões que estão para além do conhecimento humano e que precisam ser reveladas por Deus para poderem ser conhecidas pelos homens, como o fato de Deus ser "unidade e trindade".

Os escritos de São Tomás de Aquino sobre Política e moral também são influenciados por Aristóteles. Aquino tem uma concepção moral eudaimônica (voltada ao bem) e baseada na virtude. Em política, Aquino comenta que ordem e justiça devem servir ao bem comum e que essa é a finalidade do Estado. Para isso, é necessário um governo não tirânico que conduza a esse fim. A monarquia sugerida por Aquino é descrita como "temperada" por alguns autores, pois, além do rei, deveria haver um conselho de sábios escolhidos pelo povo por suas virtudes e que seriam assessores do rei. Para o autor, o rei serve como um guia que conduzirá o Estado ao bem comum.

PARA SABER MAIS!

✓ Filmes e documentários:

O Nome da Rosa - Diretor: Jean-Jacques Annaud - Ano: 1986

Inspirado no livro de Umberto Eco, o filme retrata uma situação ficcional de um mosteiro no ano de 1327. No mosteiro, um livro proibido que interessa a muitos monges estudiosos acaba gerando uma série de assassinatos. Adivinhem quem é o polêmico autor do livro proibido? Sem dar spoiler, vou deixar apenas a dica de que ele é grego. Você verá aqui a clara oposição

entre os interesses da igreja e as investigações filosóficas dos estudiosos medievais e também poderá perceber como as investigações filosóficas se guiavam em função de contemplar os valores cristãos, seja por vontade própria do pesquisador ou por imposição da igreja e de seus membros.

REFERÊNCIAS

ARANHA, Maria Lúcia de Arruda, PIRES, Maria Helena, Filosofando: introdução à filosofia. São Paulo: Moderna. 2003.

FIGUEIREDO, Vinicius de, Filósofos na Sala de Aula - Volume 3. São Paulo: Berlendis&Vertecchia, 2008.

Medieval Philosophy (2004) - Disponível em:<http://plato.stanford.edu/entries/medieval-philosophy/> Acesso em 11.10.2016.

Saint Augustine (2000) - Disponível em <http://plato.stanford.edu/entries/augustine/> Acesso em 12.10.2016.

De Civita Dei (A Cidade de Deus) - Disponível em <https://pt.wikipedia.org/wiki/De_Civitate_Dei> Acesso em 17.10.2016.

Saint Thomas Aquinas (1999) - Disponível em <http://plato.stanford.edu/entries/aquinas/> Acesso em 17.10.2016.

04

FILOSOFIA MODERNA

FILOSOFIA MODERNA

INTRODUÇÃO

Nesta apostila vamos estudar a Filosofia durante a Era Moderna. Para isso, é bom termos em mente que no final do século XX e início do século XXI, começou-se a reconhecer que o legado da Idade Média para a ciência e para a tecnologia foi maior do que se costumava admitir. Isso se deve principalmente a dois movimentos distintos:

1) uma tentativa de abordagem histórica menos maniqueísta, que, na tentativa de enfatizar os graves problemas políticos no contexto da dominação católica, optou por destacar os dramas sociais causados por essa dominação;
2) um crescente interesse nos temas e assuntos da Idade Média, como a tradução de novos textos e as pesquisas realizadas nas instituições da Igreja (mosteiros, universidades, etc.).

Foi precisamente a pressão de todas essas descobertas, tanto na filosofia quanto nas ciências empíricas, que fez "estourar a tampa da panela" e deu início ao que conhecemos hoje como Filosofia Moderna. Para você entender melhor o que isso quer dizer, retomaremos a história de Galileu:

Galileu Galilei (1564-1642) foi um cientista italiano que causou alvoroço na época dizendo que a teoria de Copérnico estava correta e, ao contrário do que todos acreditavam, não era o Sol que girava em torno da Terra. O impacto de sua tese foi enorme porque, além de revisar tudo o que se supunha sobre o funcionamento dos astros, ele estava nos tirando do centro do universo. A Igreja não gostou da tese de Galileu e seus tribunais o perseguiram de maneira implacável. Mas qual era a acusação contra Galileu, afinal?

Urbano VIII, o papa da época, não tinha grandes problemas com a tese heliocêntrica – ou seja, de que o Sol é que está no centro –, tendo até estimulado Galileu a pesquisar a hipótese. Todo problema estava no fato de que Galileu reivindicava para sua teoria o estatuto de "Verdade". Galileu poderia ensinar as duas teses (heliocêntrica e a geocêntrica), mas ele insistiu em dizer que sua posição era a verdadeira. O problema é que, naquela época, a verdade era um monopólio da Igreja e qualquer coisa que fosse tomada como verdade precisava ser "justificada" em termos religiosos: seja por revelação ou por meio de interpretação do texto

bíblico. O problema todo estava armado em volta daquilo que poderia ou não poderia ser admitido como verdade num cenário em que a verdade era um patrimônio que só a Igreja podia administrar.

Mas as pesquisas em botânica, fisiologia, farmacologia, arquitetura, etc., já haviam dado grande contribuição para o conhecimento humano, modificando aspectos sociais e econômicos das sociedades europeias. Essas descobertas não eram extraídas de textos religiosos, eram resultado do intelecto humano e seus efeitos práticos eram visíveis.

Verdades mais fáceis de serem verificadas do que a posição da Terra em relação ao Sol, por exemplo, eram obtidas sem intermédio da palavra de Deus. A partir disso, a ciência e o próprio conceito de conhecimento, começaram a ser pensadas de uma maneira diferente, numa tentativa de emancipação do domínio religioso. Aos poucos, a Filosofia, que tinha sobrevivido no interior da Igreja Católica, ligada à Teologia, começa a distanciar-se dos temas religiosos. Este distanciamento afetou tanto a Filosofia Política quanto a Teoria do Conhecimento.

Na política, as sociedades começaram a ser pensadas em termos práticos e o poder político surgiu como uma forma de pacificação que garantisse a segurança dos homens, o chamado: Contratualismo.

A respeito da Teoria do Conhecimento, o racionalismo cartesiano - embora ainda muito dependente da noção de Deus - retirou a razão do domínio espiritual da alma e estabeleceu a mente como primeiro reduto do conhecimento, ou seja, começa-se a substituição do espírito pela mente.

POLÍTICA

NICOLAU MAQUIAVEL (1469-1527)

“O PRÍNCIPE”

No seu livro “O Príncipe”, publicado em 1532, Maquiavel pretende descrever como um príncipe deve se portar para ser bem sucedido em sua habilidade de governar. No seu texto, ele vai considerar diversos aspectos do governo de um monarca e vai sugerir, através da observação histórica de outros governos, quais são as ações mais recomendadas para cumprir o objetivo de governar e de não ser conquistado nem deposto por outros que queiram tomar o poder.

Como o fundamento da política para Maquiavel é histórico e o objetivo que ele busca é uma compilação das ações que, se observadas, mantém um monarca no poder, encontraremos aqui uma preocupação completamente diferente da de outros autores contratualistas: não há em Maquiavel uma busca pelos fundamentos racionais que devem guiar as relações em uma sociedade política, nem um hipotético estado prévio de igualdade entre os homens, por exemplo. Com o objetivo de manter o poder, Maquiavel irá se preocupar em medir, como se pesasse em uma balança, os prós e os contras de ações "boas" e "más" que um monarca pode realizar em seu governo, tanto em relação aos seus súditos quanto aos seus inimigos.

O desenvolvimento da argumentação de Maquiavel em "O Príncipe" tem basicamente o seguinte formato: a cada capítulo o autor toma como exemplo alguma característica que um monarca é obrigado a considerar ao longo de seu reinado. Para essa característica, ele apresenta as possibilidades de ação do monarca em relação a ela e, com exemplos históricos de situações semelhantes, ele indica o mais adequado a ser feito.

Duas noções muito importantes para Maquiavel são os conceitos de *fortuna* e *virtù*. Elas são forças opostas, mas também complementares, que influenciam as ações dos homens e também a vida política. A *fortuna* pode ser entendida como as forças que estão além dos limites de ação e de decisão do homem, e também podemos relacioná-la com a sorte e o acaso. A *virtù* pode ser entendida como toda uma gama de qualidades pessoais que o monarca deve possuir para ser bem sucedido em conquistar e manter seu poder. Temos que ter o cuidado de não traduzir *virtù* por virtude. O termo virtude é normalmente associado a uma pessoa que segue regras morais e é moralmente bom, e devemos ter em mente que não é esse

sentido que Maquiavel busca, muito pelo contrário. Para o autor, um monarca que queira se manter no poder deverá e precisará agir com crueldade, e isso é definitivamente diferente do sentido comum da palavra “virtude”.

A relação entre *virtù* e *fortuna* em “O Príncipe” é a seguinte: é necessário que o monarca possua a *virtù*, pois é só através da posse desse conhecimento e aptidão para as ações de governo que ele não ficará totalmente a mercê da *fortuna* – da sorte e do acaso – e conseguirá cumprir com seu objetivo de governar. O autor compara essas qualidades à seguinte situação:

“Uma grande tempestade leva ao alagamento e à inundação de um rio, destruindo toda uma área de cultivo e sustento”. Essa tempestade e alagamento são a *fortuna*. “Aos homens que lá trabalham e vivem, resta a escolha e o conhecimento de saberem que podem se preparar com diques e muros para frear ou diminuir o próximo desastre”. A utilização dessas capacidades físicas e racionais do homem seria comparável à *virtù*.

As ações que Maquiavel prescreve para um monarca são inspiradas pela concepção de “homem” que o autor possui. Ele descreve a natureza do homem como sendo, na sua maioria, ingrata, volúvel, simuladora, cobiçosa e covarde. E esses mesmos homens, em geral, tendem a ter menos receio de conspirar contra quem eles estimam do que contra quem eles temem.

Em um dos capítulos mais citados e comentados da obra, chamado “Da crueldade e da piedade, e se é melhor ser amado que temido ou o contrário”, o autor faz a curiosa declaração de que é preferível ser considerado piedoso do que cruel, mas logo em seguida tenta demonstrar através de exemplos que um monarca tido como cruel pode ter sido o mais piedoso de todos se sua crueldade serviu para manter o reino unido e a salvo de invasões. Através desses exemplos, Maquiavel justifica não só o uso da violência pelo monarca como também o seu uso para demonstrações de força e poder, ou seja, para ser temido.

Maquiavel, entretanto, faz a seguinte diferenciação entre ser temido e odiado pelos súditos: um tirano que agisse de maneira a tomar as posses e esposas de seus súditos viria a ser odiado por estes. Portanto, um soberano, para não ser odiado, não deve tomar as posses de seus súditos sem que haja boas razões para isso (por exemplo, quando é necessário aumentar os impostos por conta de alguma guerra). O autor explica que um tirano odiado provocaria a revolta e a conspiração de seus súditos para tirarem-lhe o poder, o que poderia colocá-lo em uma enrascada. Maquiavel, então, sugere certo cuidado por parte do monarca no uso da força e do poder, para que ele não passe de temido a odiado.

Concluindo, podemos ver que a preocupação principal de Maquiavel em seu livro é a manutenção do poder do soberano e que as ações deste são justificadas na medida em que esse objetivo é alcançado. Através de exemplos históricos, as medidas de um “bom” ou “mau” governo, para Maquiavel, não são provenientes da rígida observação de valores morais, ou de leis justas para todos os cidadãos, mas das ações do governante (*virtù*) em relação ao seu meio (fortuna) e do sucesso que este alcança ao se manter no poder, mesmo que para isso ele recorra à violência, dentro e fora de seu reino.

OS CONTRATUALISTAS

O QUE É O CONTRATUALISMO?

O contratualismo é um modo de pensar a política a partir de um fundamento racional: o direito. Desse modo, os autores chamados de contratualistas utilizam o contrato social, um mecanismo legal, para dar início e fundamento à sociedade política. Apesar dessa semelhança e da utilização de uma série de elementos em comum em suas teorias, esses autores têm muitas diferenças entre si, suas obras foram escritas em diferentes épocas e desenvolveram ideias distintas. Quando dizemos que todos esses autores pensam a sociedade política através de relações de direito e que a instituem

através do contrato, podemos perceber algo mais: para eles, a sociedade política é artificial e fundada em algum momento, a partir de razões e motivos que as pessoas têm para fazerem isso. Se a sociedade política passa a existir só depois da criação de um contrato, esses autores também irão explicar como era a vida dos homens antes desse momento, quando eles viviam no “estado de natureza”.

O QUE É O CONTRATO SOCIAL?

Você deve estar se perguntando: mas o que é um contrato social? O contrato social é um recurso filosófico que os autores que vamos estudar utilizaram para explicar como se institui a sociedade política e quais devem ser os termos que regulamentam ela. O contrato social é muito parecido com um contrato qualquer, desses que assinamos durante a vida. Num contrato, aparecem descritas as obrigações e direitos de cada uma das pessoas que fazem parte dele, bem como a assinatura das partes envolvidas que se propõem a cumpri-lo. Um contrato tem validade legal e também especifica por escrito o que deve acontecer caso uma das partes não cumpra o acordo.

Pois bem, já que o contrato social é um contrato que instaura a sociedade política, ele é feito no momento em que os todos seus membros se comprometem em abrir mão de certas liberdades para estarem protegidos por um Estado, que garante melhores condições de vida. E quais são as liberdades das quais os homens abrem mão para participarem de um Estado? São aquelas que eles possuíam no momento anterior ao Estado, conhecido como “estado de natureza”. Vamos ver em seguida que a caracterização dessas liberdades varia entre os diferentes autores.

O QUE É O ESTADO DE NATUREZA?

O “estado de natureza” é aquele no qual os homens vivem antes de fazer o pacto que cria a sociedade política. Nele, os homens têm direitos naturais, que eles recebem simplesmente por existirem, como, por exemplo, o direito de preservar a própria vida e de fazer tudo o que for necessário para isso. Você vai notar que os direitos naturais serão diferentes ao longo das obras que vamos estudar e dependerão dos conceitos que cada autor irá utilizar para justificar seu raciocínio. Mas uma coisa é comum a todos eles:

o estado de natureza sempre precisará ser superado, uma hora ou outra, pois nele a vida dos homens acaba ficando ameaçada. Porém, há um detalhe importante ao qual você deve prestar atenção: esses autores adotam um ponto de vista normativo para defender suas teorias políticas, portanto, o estado de natureza não é, necessariamente, um período de tempo na história da humanidade, como as comunidades de hominídeos na pré-história, ou como os povos pequenos e isolados que nunca tiveram contato com a civilização. Ele deve ser considerado como uma hipótese, como um estado hipotético. É claro que, devido à época em que foram escritas as obras que vamos estudar, alguns autores vão utilizar índios como exemplos de povos que ainda viveriam em estado de natureza. Mas, para sermos coerentes com o raciocínio dos autores, não vamos referenciar o estado de natureza a nenhum período histórico específico.

Agora que você já tem em mãos os principais conceitos com os quais esses autores trabalham, vamos olhá-los mais de perto:

THOMAS HOBBES (1588-1679):

A obra na qual Thomas Hobbes desenvolve sua teoria política e apresenta o contrato social é o "Leviatã", que foi publicado pela primeira vez em 1651. Hobbes é conhecido por ser o primeiro contratualista e também pela sua célebre frase "o homem é o lobo do homem", que você já deve ter ouvido falar. O pensamento de Hobbes é muito interessante por vários aspectos que estudaremos nos próximos tópicos. Então, vamos ver como o autor desenvolve a sua teoria:

O CONTRATO SOCIAL

Os homens no "estado de natureza" são regidos por uma lei natural: a razão dos homens indica que lhes é proibido fazer qualquer coisa que possa destruir a sua vida ou privá-los dos meios necessários para preservá-la. Portanto, é racional que os homens, ao perceberem sua condição de vida no estado de natureza, busquem um estado de paz, sempre que tenham garantias para isso. Qual seria a garantia que um homem precisa ter para que concorde em ser pacífico com os outros? A garantia é a de que todos abram mão igualmente do seu direito de "fazer tudo" o que acharem necessário para garantir sua sobrevivência.

Porém, basta que um só homem não cumpra a sua promessa e desista de abrir mão do seu direito natural para que todos se vejam de volta a um estado de dúvida e medo, retornando ao estado de natureza. Portanto, parece que precisamos de um poder que obrigue as pessoas a manterem a sua palavra, correto? O autor diz que o único poder capaz de obrigar o homem a cumprir suas promessas é o medo de ser punido. Então, para conseguir esse poder, Hobbes necessita encontrar uma forma de aglutinar o poder de todas as pessoas em apenas uma, ou algumas, que representem um poder absoluto.

Portanto, Hobbes propõe que seja feito o seguinte pacto: cada homem transfere a sua liberdade de tudo fazer e de governar a si próprio a um homem ou a uma assembleia de homens, desde que os outros façam o mesmo, autorizando assim as ações deste homem ou assembleia de homens para quem os direitos foram transferidos. O grupo de todas as pessoas que faz esse pacto passa a se chamar Estado, e esse pacto é o contrato social. A partir desse contrato, se seguirão atribuições tanto para o governante, chamado de soberano, quanto para os governados, chamados de súditos.

No Estado, o soberano detém dois poderes: o monopólio da força e da representação. Ele, ao ser o único que pode usar a força contra os homens, garante a paz, uma vez que pune quem quebra o compromisso aceito no contrato, protegendo os cidadãos uns dos outros, sendo também responsável por defender o Estado em possíveis guerras com outras nações. O monopólio da representação ocorre quando o soberano recebe, pelo contrato, a transferência do direito de todos os súditos e assim os súditos aceitam que a vontade dele represente também as suas. Dessa forma é criada uma unidade de vontade no Estado, que, segundo Hobbes, diminui a chance de que a divergência de vontades cause uma quebra do contrato.

Aos súditos, que transferiram com o contrato a sua liberdade de “tudo fazer”, resta uma “liberdade negativa”. Liberdade negativa é aquela que é regulada por leis que limitam a ação do indivíduo em alguns aspectos. Portanto, ele pode fazer tudo o que quiser, dentro dos limites que a lei impõe.

Qual a melhor forma de governo para Hobbes?

Thomas Hobbes defende que a monarquia é a forma de governo mais satisfatória, pois ela garante a unidade de força e de vontade em uma única pessoa, o monarca, tornando menos provável que o poder seja corrompido por interesses particulares.

JOHN LOCKE (1632-1704)

O livro de John Locke com o qual vamos trabalhar é o “Segundo Tratado sobre o Governo”, publicado em 1689. Nele, Locke pretende expor uma teoria contrária à defesa da monarquia (feita por Hobbes) e, por isso, argumentará que o parlamentarismo é a melhor forma de governo para assegurar o interesse e os ganhos da sociedade que realiza o contrato social.

O CONTRATO SOCIAL

No estado de natureza, segundo Locke, o homem tem direito a si mesmo e ao que produz com seu trabalho (direito à propriedade privada). De todo modo, existem homens que não observam as leis da natureza e agem segundo suas ambições e desejos pessoais. A falta de uma lei que todos conheçam, de um juiz imparcial que a julgue e de um poder que a faça ser respeitada impede que a vida do estado de natureza se desenvolva na sua plenitude e que o homem possa ter sua propriedade protegida.

Pelo motivo da preservação da propriedade, é feito um contrato social entre os homens, a partir do qual é instituída a sociedade política. Nesse contrato, as pessoas de uma sociedade abrem mão do seu direito de executar a lei da natureza, transferindo esse poder para a comunidade, que protegerá as propriedades individuais a partir do estabelecimento de leis e de sua execução. Portanto, ao passarem a viver numa sociedade política, os homens abrem parcialmente mão de sua liberdade de fazer tudo para preservar sua vida e a dos outros, ficando eventualmente limitados pelas leis civis, e abrem completamente mão do direito de punir quem contraria a lei natural, deixando que o Estado tome conta dessa função.

O ESTADO E A DIVISÃO DOS PODERES

Em Locke, nós encontramos essa novidade que não aparecia em Hobbes: a divisão dos poderes. Ele os divide em Legislativo, Executivo e Federativo.

O poder legislativo deve ser temporário, segundo o autor, pois fazer leis não precisa ser um trabalho constante. Inclusive, se fosse, isso daria margem para quem o compõe ser tentado a fazer leis que beneficiassem apenas a ele, em detrimento dos demais. Portanto, além de temporário, o poder legislativo deve ser composto por membros que, depois de terminadas as leis, voltem a fazer parte do corpo de cidadãos comuns, garantindo assim a justiça das mesmas. Essas leis devem ter igual validade para todos os casos e não podem variar entre os diferentes cidadãos (devem ser as mesmas para ricos e pobres, senhores e servos). As leis também devem ter como única finalidade o bem do povo e o poder de elaborá-las não pode ser transferido para outra pessoa sem a indicação do povo.

Ao contrário do poder legislativo, o poder executivo deve estar sempre em funcionamento. Afinal, é necessário que a vigilância sobre o cumprimento das leis seja constante. O poder executivo tem o controle da força. Lembra do direito de defesa que os homens abdicaram quando fizeram o contrato? Pois agora quem o possui é o executivo, que tem o monopólio bélico, e deve utilizá-lo para garantir a paz entre os cidadãos e a reparação de danos.

O poder federativo descrito por Locke é similar ao poder bélico do executivo, mas é descrito como o poder de força para defender as fronteiras do estado, guerrear com outras nações e tratar de relações exteriores.

Qual a melhor forma de governo para Locke?

John Locke vai defender o parlamentarismo como a forma de governo mais desejável para um Estado. Em seu texto, ele expõe que a monarquia não é compatível com as condições e necessidades do contrato social, pois a concentração de todo o poder em uma única pessoa torna impossível que nela haja um juiz imparcial. Se quem faz as leis é o mesmo que a executa, este pode facilmente se esquivar e fazê-las de modo que não seja afetado por elas. Outra incompatibilidade é que a propriedade dos indivíduos corre mais risco de ser violada e tomada por um monarca que possui todo o domínio do poder e da força, do que por um regime parlamentar, cujo poder estaria menos centralizado.

ROUSSEAU (1712-1778)

Rousseau, diferentemente dos outros dois autores que estudamos até agora, trata do estado de natureza e do contrato social em duas obras diferentes. Em seu livro chamado “Discurso Sobre a Origem e os Fundamentos da Desigualdade Entre os Homens”, também conhecido como “Segundo Discurso”, de 1755, Rousseau faz a sua investigação sobre o estado de natureza do homem, sugerindo uma hipótese de como teria sido esse estado. Já no seu texto chamado “Do Contrato Social”, publicado em 1762, o autor discorre sobre como deve ser o contrato social e quais devem ser suas cláusulas, para que esse corpo político tenha um bom funcionamento.

O CONTRATO SOCIAL

Em seu texto, chamado “Do Contrato Social”, Rousseau parte da conclusão de sua hipótese sobre a origem da desigualdade entre os homens e elabora um contrato social que busca superar essa condição de desigualdade e dependência na qual os homens se encontram e que alcance um Estado onde a soberania emane das decisões do coletivo.

Para o autor, é necessário conseguir um pacto que ao mesmo tempo torne possível recrutar toda a força individual presente no interior do corpo político e gere uma situação de liberdade para os seus membros. Para isso, os termos do contrato serão os seguintes: haverá a alienação total de cada associado, com todos os seus direitos, à comunidade toda. Apesar de parecer contraditório que seja necessário alienar-se totalmente para alcançar a liberdade, Rousseau nos mostrará que, ao invés de perdermos tudo ao assinar o contrato, na verdade ganhamos a força do total dos membros que o assinam, bem como a nossa. Deste modo, nenhum indivíduo perde nada, pelo contrário, ganha também o que é comum a todos.

A “soberania” seria o governo desse corpo político composto pelos membros do contrato, e ela possuiria o poder absoluto. A soberania é exercida pelo povo, que é o titular do poder soberano. Rousseau nos explica que não há nenhuma necessidade de haver um controle do exercício da soberania, pois, ao ser realizada por todos os seus membros, não seria possível que suas decisões fossem feitas de modo a penalizá-los ou prejudicá-los. Utilizando um termo contemporâneo que não foi usado pelo autor, mas que ajuda a entendermos o que ele está propondo: podemos dizer que Rousseau sugere uma democracia participativa como forma de governo, ao contrário de Locke, que propõe uma democracia representativa.

A organização política do Estado se divide em três partes: a assembleia popular, o legislativo e o governo. A assembleia popular é a

reunião dos membros de um corpo político, que ocorre quando necessário e que tem a finalidade de deliberar sobre algum assunto. Ela representa o poder absoluto e nela se delibera sobre o que deverá ocorrer nos outros dois poderes. O legislativo expressa, através de leis que devem ser iguais para todos, os cidadãos, as decisões que os membros das assembleias tomaram como justo e correto para o funcionamento do corpo político. Já o executivo fiscaliza o cumprimento das leis e cuida da administração pública. Tanto os membros do executivo quanto do legislativo são vistos por Rousseau como "funcionários públicos".

CONCLUSÃO

Chegamos ao fim desse conteúdo e deve ter ficado claro para você que estes três autores contratualistas que estudamos utilizam de um mesmo mecanismo para pensar a instituição de uma sociedade política que tem por base princípios racionais para sua justificação e regulação. Através da razão, o homem descobre as leis naturais e é através dela que ele resolve compactuar com seus semelhantes em um acordo que gera o Estado, chamado de "contrato social". Ao mesmo tempo, você deve ter percebido que alguns elementos do estado pré-político (o estado de natureza) variam entre os autores, bem como as formas de governo que cada um irá prescrever a partir do contrato. Ficar atento às semelhanças e diferenças entre os autores é crucial para entendermos como eles influenciaram uns aos outros e também aos autores que os seguiram.

TEORIA DO CONHECIMENTO

SENTIDO E VERDADE

Antes de nos dedicarmos a estudar as principais teses epistemológicas do período, vamos fazer uma rápida incursão na Filosofia da Matemática.

A matemática ocupa um lugar de destaque entre as ciências por sua exatidão não empírica. Mas o que isso quer dizer? É simples: você sabe que uma conta está certa sem fazer experimentos. Para um engenheiro verificar se uma ponte sustenta o peso para que ela foi projetada, é necessário submetê-la a uma prova experimental, ou seja, ir colocando peso sobre a ponte para ver o quanto ela suporta. É claro que, muitas vezes, não precisamos fazer experimentos para saber se certas estruturas vão aguentar o peso que se propõem a aguentar pelo simples fato de que em algum momento estes experimentos já foram feitos e nós conservamos o registro dos resultados. Não há, por exemplo, meio de saber se determinado animal é ou não um mamífero a menos que se tenha, em algum momento, observado. As ciências empíricas, portanto, são aquelas que requerem um experimento para ter comprovadas suas teses, por isso dizemos que o conhecimento produzido pelas ciências empíricas é um conhecimento a posteriori, ou seja, só pode ser verificado depois da observação do fato que se pretende descrever.

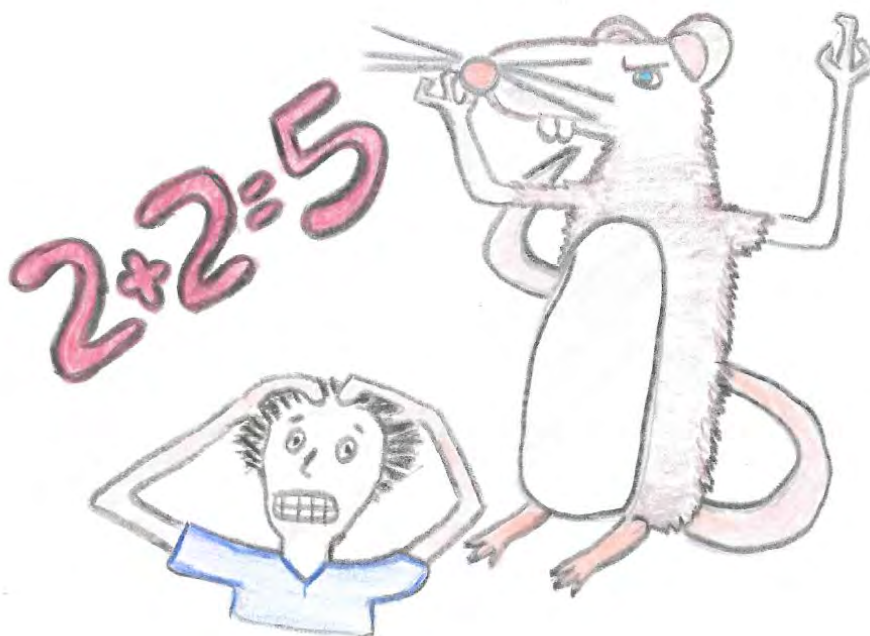
Mas note que com a matemática nós podemos saber se o resultado de uma conta está certo ou não sem recorrer ao mundo físico, mesmo que a gente aprenda matemática pensando, por exemplo, em termos de: "Uma banana + Uma banana = Duas bananas". Isso se deve a uma característica da nossa capacidade de aprendizado e não da matemática em si. Afinal, poderíamos trocar banana por qualquer outra fruta e o resultado seria o mesmo. Tudo o que você não pode fazer é trocar o primeiro "uma" por banana e o segundo "uma" por abacaxi, porque aquilo que importa na operação matemática não é o objeto, mas a quantidade, ou seja, os objetos da matemática são os números, e não qualquer coisa que se possa encontrar no mundo físico. A matemática é, então, uma ciência feita da abstração de qualquer propriedade física. Por isso que para fazer matemática não é necessário laboratório ou observação da natureza. Os conhecimentos matemáticos são os conhecimentos *a priori*, ou seja, que não dependem de experiência.

Agora pense que uma pessoa entra no seu quarto e diz a frase: "Eu tenho cem reais no meu bolso". Você entende perfeitamente o que essa pessoa quis dizer, mesmo que ela esteja mentindo e na verdade não tenha cem reais no seu bolso. Assim como se ela disser: "Hoje eu vi um carro voando", você entende perfeitamente o que ela disse, pode inclusive imaginar a cena, ainda que saiba que não é verdade.

Agora imagine que você entrou na sala de aula e há a seguinte conta escrita no quadro: 2 + 2 = 5. Você não apenas sabe que aquilo está errado como a conta sequer faz sentido. Se você tentasse imaginar isso traduzido em objetos reais, não conseguiria. As frases sobre os objetos do mundo real podem ser verdadeiras ou falsas e ainda assim ter sentido: quer dizer, você entende perfeitamente o que elas significam embora possa discordar que elas sejam verdadeiras. Com a matemática, acontece algo curioso: o sentido e a verdade sempre coincidem. Se for verdade precisa fazer sentido e se não for verdade sequer faz sentido.

Mas por que isso acontece?

Uma maneira simples de compreender é imaginar a matemática como uma linguagem. Dizer que uma coisa faz sentido mas não é verdadeira significa dizer que a linguagem é compreendida mas que esta mesma linguagem não descreve corretamente os acontecimentos do mundo.

"Ratos são criaturas gigantescas que podem medir 8 metros de altura"

Veja que a frase acima é perfeitamente compreensível. Seu sentido está garantido pelo uso adequado da linguagem. Mas se você quiser verificar isso no mundo, vai descobrir que ela é uma frase falsa. E por que verificar

na realidade o que a frase diz? Ora, pelo simples fato de que a verdade daquilo que está sendo afirmado depende do mundo que a frase descreve.

O que acontece com a matemática é que ela não descreve nada no mundo. A conta 2 + 2 = 5 não faz sentido porque o significado que atribuímos aos termos [2], [5], [+] e [=] garantem sua verdade ao mesmo tempo em que garantem seu sentido. Você até pode fazer experiências com frutas ou grãos de feijão para ensinar crianças a calcular, mas nada disso é necessário para garantir que uma conta está certa.

Agora veja como esse pequeno passeio pela Filosofia da Matemática pode ser útil para compreender o pensamento de um dos mais influentes filósofos da modernidade, o francês René Descartes.

A PRIORI E A POSTERIORI

A priori significa saber antes. Este termo diz respeito a todas aquelas proposições que podem ser verificadas sem qualquer experiência, como no caso da matemática. Já a expressão a posteriori é usada para designar proposições que só podemos declarar verdadeiras ou falsas depois de serem experimentadas. Lembre-se que quando dizemos “baleias são mamíferos” estamos fazendo uma afirmação que só pode ser verificada *a posteriori*, mesmo que esteja nos livros e todos saibamos que baleias são mamíferos – o que importa é a única forma de conferir isso é, em algum momento, procurar uma baleia e assistir ao seu comportamento alimentar.

Por desconfiar dos sentidos, os racionalistas tendem a rejeitar que o conhecimento *a posteriori* possa ter o mesmo valor que o conhecimento *a priori*, mas o fato é que, apesar das desconfianças de Descartes, a tecnologia continuava obtendo progressos e a ciência se desenvolvia a partir de observações e experiências.

RENÉ DESCARTES (1596-1650)

PENSO, LOGO EXISTO

Descartes foi um intelectual que se tornou importante tanto na matemática, por unir a álgebra e a geometria criando o plano cartesiano, quanto na filosofia, por sua contribuição na Metafísica e na Teoria do Conhecimento. A relação entre o pensamento do Descartes matemático e o pensamento do Descartes filósofo é muito grande e decisiva para suas teses.

Sendo um estudioso da matemática, isto é, de uma ciência não empírica e que fornece conhecimentos tão puros e independente dos sentidos, Descartes seria o grande expoente da tradição racionalista. Esta tradição apresenta o conhecimento como algo restrito à razão humana, ou seja: conhecimento não é aquilo que obtemos dos sentidos, que podem nos enganar, mas aquilo que obtemos puramente do intelecto. Mas como ele defende essa posição?

Sua principal obra filosófica pode lembrar um pouco a atitude de Sócrates, com a famosa frase “só sei que nada sei”. O que Descartes faz é observar que muita das coisas que ele sempre julgou saber se assentam sobre um “conhecimento” que não é muito garantido. Ora, quem nunca descobriu que estava enganado depois de ter dito, com muita convicção, que tinha 100% de certeza?

A COISA PENSANTE

Descartes resolve, então, fundar sua Filosofia na dúvida total. Decidiu duvidar de tudo, inclusive da própria existência. Observe que esta atitude pode parecer um pouco insensata, mas não imagine Descartes como um sujeito biruta que não sabia nem se ele mesmo existia ou não. O problema de Descartes era muito sério e sua solução era ambiciosa. É claro que ele existia e sabia muito bem disso. Sua busca era por formular os princípios de uma ciência que fosse segura e, portanto, ele precisava perguntar: “como eu garanto as coisas que eu sei?”. Entre as coisas que ele supostamente sabia, a primeira de todas foi a de que ele existia, afinal, ele estava ali se debatendo com aquela dúvida, com aqueles pensamentos, e se ele pensa, então obviamente ele existe, porque pensar é uma ação e uma ação só pode ser praticada por algo que existe.

Mas Descartes não se iludia muito fácil. Logo depois de constatar que uma coisa que pensa precisa necessariamente existir, ele observa que só o que precisa necessariamente existir é a “mente pensante”, ou seja, a existência do seu corpo não estava ainda garantida. O corpo, sua noção de espaço e das outras coisas que existem no mundo dependia dos sentidos,

que podiam muito bem ser enganados por um gênio maligno pregando peças numa mente menos poderosa. O mundo físico que experimentamos poderia ser ilusão da mente pensante. A mente que pensa precisa necessariamente existir, mas nada garante que ela não se engane, que não tome por verdadeiro coisas que sejam falsas.

Mas veja que a frase "penso, logo existo" é um daqueles casos em que o sentido e a verdade coincidem, uma vez que é impossível entender o que uma pessoa quer dizer quando fala, por exemplo, "penso, mas não existo". É claro que, para isso, a única qualidade que podemos assumir como segura da coisa que pensa é o fato de que ela pensa, nada mais.

Note que a primeira certeza que Descartes admite não é a certeza de alguma coisa que ele tenha aprendido por meio de seus sentidos. Sua primeira certeza é racional.

A COISA CORPÓREA

Se com apenas o exercício da razão pura Descartes consegue provar que ele existe como um ser pensante, ele precisa agora provar que também existe um mundo físico e que tudo aquilo que se passa ao nosso redor não é uma brincadeira de mau-gosto de um Deus maligno que nos ilude com imagens enganadoras. É neste caso em particular que Deus cumpre um papel fundamental na teoria de Descartes.

A coisa que pensa, a mente, tem já nela a ideia de um ser perfeito, onisciente e onipotente, criador de todas as coisas que existem. Mas este ser que existe em sua mente como completo e perfeito precisa existir porque, se não existisse, não seria completo nem perfeito. A existência de Deus é uma característica essencial de sua perfeição.

Mais ainda que a realidade do mundo externo à mente não seja uma brincadeira de mau-gosto, é certo que nos iludimos e enganamos muitas vezes. Isso não se deve à maldade de Deus, mas à imperfeição dos sentidos.

O que Descartes vai fazer em seguida é tentar inteligir da sua experiência sensível algumas propriedades físicas, e o faz por meio da análise do pedaço de cera. Esta experiência consiste em observar as transformações que um pedaço de cera sofre ao ser aproximado do fogo. É uma tentativa de tornar clara e distinta a sua experiência com aquele objeto e, com isso, garantir a existência do mundo exterior. Cor, sabor, peso, aroma são propriedades que se alteram. As propriedades que nossos sentidos obtém de um pedaço de cera estão sujeitas à mudança, mas existe algo que permanece dessas mudanças todas e que é percebido de modo claro, não pode ser negado e distinto porque o separa das ilusões, que é a extensão. Se a cera mudar de sabor, de forma, de cheiro, ou de peso, ainda assim sobra algo de extenso e corpóreo.

Estes movimentos em busca da fundamentação das certezas para definição de um modelo científico seguro levou Descartes a postular o dualismo "mente-corpo". Ou seja, existem duas coisas de natureza distintas, a "coisa pensante" e a "coisa extensa". Embora o racionalismo tenha perdido força na ciência e hoje em dia o método científico se baseie nos sentidos e nos experimentos para garantir nosso conhecimento, o dualismo cartesiano ainda tem adeptos em diferentes áreas do conhecimento que se interessam pela mente humana e seu funcionamento.

DAVID HUME (1711-1776)

IMPRESSÕES E IDEIAS

O filósofo escocês David Hume foi o mais audacioso e prolífico filósofo de uma concepção antagônica ao racionalismo de Descartes: o empirismo, que, na modernidade, teve como seus precursores: Francis Bacon e John Locke. Ao contrário dos racionalistas, os empiristas enfatizam o papel dos sentidos na aquisição do conhecimento.

Em seu livro Tratado da Natureza Humana, Hume descarta a dúvida cartesiana. Se para o racionalista a ilusão e o sonho nos alertam a não confiar nos sentidos, para o empirista, exceto em casos muito específicos, como na loucura, por exemplo, todos sabemos muito bem a diferença entre a realidade e a imaginação.

Hume propõe que nossos sentidos nos oferecem “impressões” do mundo. Estas impressões são claras e cheias de vida. Ao tocarmos uma maçã temos a impressão de sua textura. Se a mordemos, temos a impressão de seu gosto. Para cada sentido afetado por um objeto obtemos uma impressão que rapidamente reconhecemos como real.

Depois de havermos experimentado essas impressões, diz Hume, o que nos sobra são “ideias”. O que o filósofo chama de “ideia” são as pálidas cópias das impressões.

As impressões, portanto, são sempre anteriores às ideias, uma vez que apenas depois de havermos experimentado a impressão podemos ter a ideia.

IMPRESSÕES SIMPLES E IDEIAS COMPLEXAS

Mas você pode se perguntar como é possível então a fantasia? Qualquer um de nós pode imaginar criaturas fantásticas que jamais existiram... Ora, mesmo que imaginemos uma criatura mítica como um Centauro, por exemplo, temos que admitir que o que forma um centauro, na verdade, não passa de um rearranjo de ideias que obtemos de fontes distintas. Juntamos partes de um cavalo a um homem e produzimos uma ideia que não condiz com nenhuma impressão na sua totalidade, mas podemos decompor nossas ideias complexas em várias impressões simples. Veja que com a impressão do rabo de peixe e a impressão da mulher eu

posso formar a ideia de uma sereia mesmo que eu jamais tenha visto uma sereia. Mas é necessário que eu já tenha visto um rabo de peixe e uma mulher.

Isso significa que nossas impressões são simples e que não podem ser decompostas. As impressões representam a unidade mínima de nossa capacidade de apreender o mundo. Já as ideias são estruturas complexas que podemos reorganizar de maneiras distintas daquelas em que encontramos seus correlatos do mundo.

A partir da experiência, ou seja, das sensações, produzimos ideias que conseguimos articular e transformar em conceitos. Mas tudo isso, dizia Hume, se deve ao fato de que tivemos uma experiência sensível no mundo.

IMMANUEL KANT (1711-1776)

A CRÍTICA DA RAZÃO PURA

Kant conhecia tanto a obra de Descartes quanto a obra de Hume, e propôs-se a resolver a disputa entre racionalistas e empiristas. Mas para isso Kant acabou indo tão longe que se tornou um dos mais influentes filósofos de toda a história do pensamento ocidental e um dos autores mais estudados nas faculdades de filosofia até os dias de hoje. O que Kant propôs foi um modelo de Teoria do Conhecimento em que há uma diferença entre:

a) o que produz o conhecimento;

b) a forma que o conhecimento adquire

Você lembra que algumas proposições só podem ser verificadas a posteriori, não é? Como "vacas são mamíferos", por exemplo. Mas existem proposições que podem ser verificadas *a priori*, como "todo solteiro é não casado". Você não precisa separar todos os solteiros do mundo e depois sair perguntando se eles são não casados para ter certeza de que a frase é verdadeira. Este é um daqueles casos em que sentido e verdade coincidem. Mas Kant observou uma coisa importante: a frase "todo solteiro é não casado", embora seja verdade, não me informa nada de novo. Ela tem sentido e está correta e verificar que ela está correta depende de conhecer o significado de "solteiro"e o significado de "não casado", mas uma vez que eu conheça esses significados, dizer que "todo solteiro é não casado" não me permite adquirir nenhum conhecimento novo.

Kant chamou os juízos como “vacas são mamíferos” de juízos sintéticos, porque sintetizam informações do mundo; e os juízos do tipo “todo solteiro é não casado” de analíticos, porque apenas analisam conceitos relacionados.

Note que no caso dos juízos sintéticos, a verificação depende da experiência, ou seja, é a posteriori, e no caso dos juízos analíticos, a verificação não depende da experiência, ou seja, é *a priori*. Mas Kant percebeu que existe um tipo de juízo que, embora seja sintético, pode ser verificado *a priori*. Quer dizer, existem juízos que nos informam coisas novas e não precisam de experiência para que sejam verificados: são os juízos da aritmética.

Mas qual é a importância disso? Ora, com isso Kant pretendia mostrar que existem informações novas que podem ser alcançadas pela razão, ao contrário do que dizia Hume. Por outro lado, o que Kant fez também foi mostrar que existe um limite mais estreito do que aquilo que pretendia Descartes.

As teses de Kant envolvem muitos passos – vários deles ainda em disputa entre os estudiosos que se dedicam a compreender a complexidade de seu pensamento –, mas o que é importante reter aqui é que na teoria de Kant todo o conhecimento surge do mundo sensível, mas adquire formas que são racionais. Essas formas, por advirem do mundo sensível, só podem ser aplicadas aos objetos da experiência, portanto Kant rejeita a possibilidade de produzir, por meio da razão, conhecimentos sobre Deus.

Por isso, sua filosofia foi chamada de “Filosofia crítica”, pois pretendeu estabelecer os próprios limites da filosofia.

UMA EXPERIÊNCIA NECESSÁRIA MAS NÃO SUFICIENTE

Kant propôs que as experiências com o mundo através dos sentidos são necessárias para o nosso conhecimento, mas não são suficientes. O mundo sensível nos forneceria, portanto, a matéria-prima da experiência, mas sua organização se daria por conceitos racionais que, segundo Kant, são inatos. Para o filósofo, bastariam as noções de espaço e tempo para que organizássemos toda a experiência possível em termos de conhecimento. Ou seja, existe um mundo complexo que nós apreendemos através dos sentidos, interagimos com ele e produzimos conhecimento, mas tudo porque nossa capacidade cognitiva possui molduras feitas de espaço e tempo que nos permitem organizar a grande massa que existe lá fora de nossas cabeças. Estas molduras são legitimamente aplicadas ao mundo sensível, mas não temos qualquer garantia de que seu uso seja adequado a seres como Deus, por exemplo.

PARA SABER MAIS

Se você se interessou por Descartes e sobre suas dúvidas a respeito do mundo externo à sua mente, vale conferir a trilogia Matrix, dirigida pelas irmãs Wachowski. Os filmes se passam no futuro, quando toda a experiência do mundo não passa de uma ilusão implantada em cérebros de pessoas encapsuladas numa máquina misteriosa. A saga para escapar da prisão a que estão submetidas suas mentes e desvendar a Matrix leva um grupo a se aventurar dentro e fora das ilusões projetadas nas mentes das pessoas.

- ✓ Matrix, 1999
- ✓ Matrix Reloaded, 2003
- ✓ Matrix Revolutions, 2003

05

FILOSOFIA CONTEMPORÂNEA

FILOSOFIA CONTEMPORÂNEA

INTRODUÇÃO

Olá, pessoal! Vocês devem lembrar que a tensão e o confronto de ideias distintas têm sido o motor que faz Filosofia avançar desde a idade antiga. Como vimos nas apostilas anteriores, grandes ideias sobre, por exemplo, a natureza do mundo e do ser (Filosofia Grega) e a origem do conhecimento (Filosofia Moderna) surgiram de confrontos intelectuais. Cada tese trazia um novo conjunto de conceitos para compreendermos a realidade do universo, do homem e do entendimento.

Se você retomar os tópicos da nossa apostila de Filosofia Grega, verá que a tese que inaugurou a Filosofia e a ciência na cultural ocidental foi o Monismo, de Tales de Mileto. Tales propôs que havia um princípio único para todas as coisas e este princípio era a água. Depois de Tales você foi apresentado a outro grego notável, Heráclito, que afirmava o contrário: o mundo é uma multiplicidade em fluxo. As duas teses abordavam o problemão que era tentar compreender a natureza do mundo de maneiras muito diferentes, e as soluções que cada uma dessas abordagens oferecia foram passos importantes para a evolução do pensamento e da ciência. Mas assim como essas teses traziam muitas soluções para a difícil empreitada de compreender o mundo, elas traziam alguns problemas também.

A DIALÉTICA DE HEGEL

Tempos depois de cada uma ter se desenvolvido, longe da paixão imediata e da comoção (seja para o bem ou para o mal) que cada tese gerou, Aristóteles apresentou sua própria proposta, que parecia ser muito mais completa e deixar menos pontas soltas do que as anteriores. Friedrich Hegel (1770-1831), um importante filósofo do século XIX, percebeu este movimento e formulou sua Filosofia da História refletindo sobre isso. Perceba que você já viu muitas vezes nas nossas apostilas a expressão História da Filosofia, que se refere ao desenvolvimento histórico do pensamento filosófico, mas só agora surge a ideia de uma Filosofia da História, ou seja, uma tentativa de usar os métodos de investigação filosófica para produzir um conhecimento filosófico sobre a história. O que Hegel

propôs é que a história se desenvolve num ciclo composto por Tese, Antítese e Síntese.

Para pensarmos nesse movimento de maneira mais concreta, imagine a seguinte situação:

Numa cidade fictícia, durante a eleição para prefeito, um candidato que quer muito ser eleito promete que vai construir um viaduto que deve resolver o problema do trânsito em determinado bairro. Notem que na cidade do nosso exemplo existe um problema (o trânsito) que precisa ser resolvido. O candidato oferece uma solução inicial, que é construir um viaduto. Vamos chamar a solução inicial – o viaduto – de TESE. As pessoas que estão cansadas de engarrafamento votam no candidato e ele se elege. Não estranhe agora quando eu disser que o candidato eleito começou a cumprir sua promessa. Afinal, estamos no mundo dos exemplos, feito sob medida para ilustrar ideias, e neste mundo pode ser normal que políticos cumpram suas promessas.

Mas eis que, quando se definiu o tamanho e o local do viaduto, aconteceu algo que não era esperado: o único jeito de construí-lo era derrubando algumas casas e os moradores que seriam afetados não queriam ter que se mudar. Estes moradores então começam a mobilizar as pessoas que são sensíveis ao seu problema (o de ter que se mudar à força). Elas podem argumentar, entre outras coisas, que com menos casas na vizinhança os pequenos negócios locais vão ser prejudicados com a diminuição de clientes e, assim, conseguir apoio de grupos que a princípio não seriam diretamente afetados. Forma-se então um grupo contrário à TESE, com pessoas que propõem que não se faça viaduto nenhum. Chamaremos essa segunda proposta – a de não fazer viaduto – de ANTÍTESE.

Note que temos uma TESE – construir um viaduto –, que resolve o problema do trânsito, mas causa um problema habitacional, e temos uma ANTÍTESE, que soluciona o drama habitacional de quem seria forçado a se mudar, mas mantém o problema do trânsito. As pessoas são muito afetadas por estas propostas e se dedicam apaixonadamente a buscar os pontos fortes de uma ou outra proposta. Os moradores que seriam obrigados a se mudar ficam buscando argumentos que possam sensibilizar outras pessoas, como o argumento da diminuição da clientela nos negócios locais. Podem dizer ainda que viadutos são muito visados por moradores de rua e o bairro passaria a ter que lidar com isso, o que incomoda algumas pessoas que antes não se importavam com a ideia da construção. A briga divide então o bairro entre aqueles que acham mais importante resolver o problema do trânsito e aqueles que acham mais importante manter o bairro do jeito que está. Essa disputa mobiliza os moradores e faz com que o mundo mágico do

nosso exemplo, em que políticos cumprem suas promessas, passe a ser mais parecido com o mundo real: e a obra não sai do papel nunca!

Mas eis que surge uma terceira ideia. Alguém que não mora no bairro – e está menos apaixonadamente afetado por aqueles problemas – percebe que é possível fazer as duas coisas: manter o bairro como está e também resolver o problema do trânsito. Para isso, ele propõe que seja ampliada a linha do metrô, fazendo-o atravessar o bairro por debaixo da terra, sem desapropriar tantas casas e diminuindo o fluxo de carros nas vias. Chamaremos a terceira proposta – ampliar o metrô – de SÍNTESE. Acontece que a proposta que agora pode resolver o problema do trânsito sem causar incômodo aos moradores esbarra numa outra dificuldade: ampliar o metrô é muito caro, a cidade não tem dinheiro e o único jeito de fazer isso é aumentando bastante os impostos. Os moradores do bairro que querem muito ficar onde estão e as pessoas que usam as vias engarrafadas constituíam dois grupos distintos e antagônicos. Agora, eles estão juntos e formam o grupo das pessoas que acham que vale a pena pagar pela obra, e vão se confrontar com o grupo dos moradores que não era afetado pelo problema de trânsito nem pelo problema da modificação do bairro e não está disposto a arcar com o custo de uma obra tão cara. É neste momento em que aquilo que era uma SÍNTESE passa a ser uma nova TESE, e produz sua própria ANTÍTESE.

Este pequeno exemplo ilustra, de maneira bastante simplista, a complexa teoria dialética de Hegel sobre o movimento da história. Mas Hegel se ocupou ainda de inúmeros outros assuntos, como Direito, Política, Estética, Lógica, História, História da Filosofia, Ética e Filosofia da Religião. Sua obra é tão vasta que é tida como o último sistema filosófico completo: todas as principais áreas da Filosofia estavam ali, organizadas num sistema fechado que se remetia a si mesmo.

A FILOSOFIA DIVIDIDA

Hegel foi um pensador bastante influente e, como veremos nesta mesma apostila, suas ideias são exploradas até hoje. Mas sua obra é controversa. Contém alguns trechos muito obscuros, de difícil compreensão, e outros cujas propostas parecem muito distantes do que se poderia aceitar de maneira razoável. Isso fez com que o sistema filosófico hegeliano não sobrevivesse a seu autor. Teses específicas e soluções inteligentes que Hegel encontrou para alguns problemas clássicos da Filosofia seguem orientando

 |

filósofos, sociólogos e intelectuais de todo o mundo, mas a unidade do sistema ficou comprometida com a morte de seu criador.

Com isso, a Filosofia do século XIX começou a se desenvolver nos escombros do sistema Hegeliano e surgiram, no mesmo molde de TESE e ANTÍTESE, dois dos mais influentes filósofos contemporâneos: Martin Heidegger (1889-1976) e Ludwig Wittgenstein (1889-1951). Além desses dois autores, a Filosofia nos séculos XX e XXI foi marcada pelas novas descobertas científicas, pela Psicanálise e pela Antropologia e também pelo desenvolvimento das Ciências Sociais.

FILOSOFIA CONTINENTAL

A Filosofia Continental é assim conhecida por ser a Filosofia que foi predominantemente praticada no Continente, sobretudo na Alemanha e na França, em oposição à Filosofia Analítica que se desenvolveu na Ilha (Inglaterra) e mais tarde adquiriu grande influência nos Estados Unidos.

HUSSERL E A FENOMENOLOGIA

A fenomenologia surge como uma crítica à Filosofia Tradicional. Mais especificamente, uma crítica ao que considerava "metafísica vazia e abstrata". Seu precursor, o alemão Edmund Husserl (1859-1938), propôs uma filosofia que se ocupasse dos fenômenos, ou seja, das coisas como elas aparecem no mundo e são experimentadas.

Há, portanto, um deslocamento da investigação filosófica, que deixa de buscar a natureza real e profunda das coisas e passa a se dedicar ao seu fenômeno, ou aquilo que se experimenta, seja sensivelmente ou seja na consciência do indivíduo.

Para Husserl, toda consciência tem uma intenção, ou seja, busca alguma coisa. Esse objeto buscado, para o qual "tende" a consciência, é sempre algo alheio a ela. A consciência, portanto, sempre se movimenta para algo que está fora dela mesma, dando significado próprio a este objeto.

Agora tente lembrar o que estudamos sobre Racionalismo e Empirismo na apostila de Filosofia Moderna: para os racionalistas, o conhecimento era fruto da razão por si mesma e Descartes chega a isso concebendo a ideia de uma consciência separada do mundo (a coisa pensante); já para os empiristas, o conhecimento era fruto dos próprios objetos da experiência. Com a Fenomenologia, Husserl rechaça as duas teses. Para ele, não existe consciência separada do mundo: a busca por objetos alheios é definidora da própria consciência e o conhecimento não pode ser apenas intelectual, pois envolve o contato da consciência com seus objetos buscados e os significados criados por essa busca. Mas Husserl também rechaça a tese empirista, pois, para ele, os objetos em si não existem, já que sua própria existência também depende de uma consciência que lhes dê significado.

O SER E O TEMPO DE HEIDEGGER

O filósofo alemão Martin Heidegger (1889-1976) foi um dos mais polêmicos e controversos intelectuais do século XX. Não apenas pelo tamanho e a influência de sua obra, mas também por detalhes da sua biografia. Sua proximidade com o Nazismo e seu posto na universidade alemã (foi reitor da Universidade de Freiburg) durante o governo de Adolf Hitler rendem ainda hoje inúmeros debates sobre a relação entre sua conduta pessoal e seu legado intelectual.

Influenciado pela Fenomenologia de Husserl, e também por Aristóteles, Heidegger tentou retomar a questão do ser e devolver à Filosofia o que ele considerava seu verdadeiro propósito: a investigação ontológica, ou seja, a investigação do ser.

Husserl havia traçado caminho para uma nova percepção do modo como o mundo e a consciência se integram no indivíduo que atribui significado aos objetos do mundo, na medida que os persegue e interage com eles. A partir disso, Heidegger chega ao conceito de Dasein, ou "ser-aí", que designa não um ser qualquer, imóvel, mas um ser humano específico, um sujeito com uma consciência ativa, para quem a própria existência é uma questão. As pedras, as plantas e os animais não viveriam essa consciência que, para Heidegger, é também uma escolha: a existência é uma escolha e possui um propósito que o próprio sujeito define. Observe que a proximidade com Husserl se dá tanto pelas semelhanças quanto pelas diferenças:

Heidegger, assim como Husserl, rejeita a separação entre ser e objeto, mas, diferentemente do precursor, busca, a partir disso, uma investigação ontológica sobre a própria natureza do ser.

FACTICIDADE E TRANSCENDÊNCIA

Heidegger chama de **Facticidade** todos aqueles elementos que determinam a vida de um indivíduo: as características de seu corpo, certas características psicológicas, o meio em que nasce e é criado (sua família e sua comunidade), a época e o lugar em que vive, sua cultura, etc. Estes elementos não são definidos pelo indivíduo, que está sujeito a todos eles.

A liberdade humana está situada no que Heidegger chamou de **Transcendência**, que é capacidade de superar estes elementos determinantes. Superar não significa rejeitá-los, mas orientar-se para além deles e atribuir a cada um deles um sentido próprio.

O **Dasein**, portanto, está no tempo com a capacidade de se lançar no futuro em cada ação do presente, limitado pela facticidade, que causa a angústia, a angústia da diferença entre aquilo que se é e aquilo que se poderia ser. Mas essa mesma angústia e a consciência da morte permitem arrancar o indivíduo dessa limitação e encontrar-se a si mesmo, transcendendo a facticidade e tornando-se senhor delas ao dar-lhes significado. Ou seja, é por temermos a morte que atribuímos importância aos eventos da vida e por essa importância nos movimentamos e agimos no mundo.

O CASAL SARTRE E BEAUVOIR

Jean-Paul Sartre (1905-1980) foi um influente filósofo, dramaturgo e romancista francês. Agraciado com o Prêmio Nobel de Literatura, que recusou, em 1964, Sartre foi o principal autor existencialista de sua geração, influenciando pensadores de todo o mundo.

Suas ideias foram apresentadas tanto em ensaios propriamente filosóficos como também em romances e peças de teatro.

EXISTENCIALISMO E LIBERDADE

Você deve lembrar do conceito de Substância – muitas vezes também chamado de Essência – apresentado no capítulo sobre Aristóteles em nossa Apostila de Filosofia Grega. Este conceito atravessa a história da Filosofia: foi muito importante durante a idade média e também na modernidade, quando pensadores como Descartes, Spinoza e Kant dedicaram-se a problemas sobre a natureza do conhecimento e tiveram que recorrer à noção de substância ou essência para formular suas teses.

Com Sartre este conceito sofre uma radicalização e tanto: para o filósofo, enquanto outras coisas no mundo têm sua essência dada, o homem precisa descobri-la. Note que você consegue identificar cadeiras, sejam elas de maneira, de ferro ou de acrílico, pois existe uma essência da cadeira que faz com que ela seja cadeira e não um outro objeto. Em **O Ser e o Nada**, Sartre sugere que, no caso do homem, a “existência precede a essência”, ou seja: o homem a princípio não é nada, primeiro ele existe e só a partir dessa existência vai adquirir uma essência fabricada com suas escolhas de vida.

Sem nenhuma essência que o defina de largada, **o homem é livre para realizar seu projeto** e isso o distingue dos outros animais. Sartre diferencia o “ser-em-si” dos animais, que existem apenas em si mesmos, e o “ser-para-si” do homem, que, dotado de consciência, é capaz de pôr-se de fora de si mesmo para se analisar.

O “ser-para-si”, que existe e mais nada, livre de essência e, portanto, terrivelmente angustiado, têm a consciência como uma ferramenta de liberdade, para fazer as escolhas que definirão sua essência. O que resulta da Filosofia Existencialista de Sartre é o homem compreendido por sua consciência e liberdade, para quem até mesmo ser passivo é uma escolha.

Sartre teve uma companheira, com quem viveu e ao lado de quem está sepultado, que também legou ao mundo uma importante obra filosófica. Simone de Beauvoir (1908-1986) escreveu ensaios que discorriam sobre a moralidade na perspectiva da liberdade radical apresentada no pensamento existencialista e também sobre o sentido da vida não como um dado, mas como projeto contínuo.

FEMINISMO E CONSTRUÇÃO SOCIAL

Simone de Beauvoir (1908-1986) publicou O Segundo Sexo pouco tempo depois do direito de votar ter sido concedido às mulheres na França. Neste livro, a história humana é apresentada de maneira inédita: pela primeira vez inteiramente sob a perspectiva feminina. A autora inicialmente aborda aspectos biológicos, recorrendo ainda à Psicanálise, para compreender a noção de "macho superior" e do papel das mulheres nas primeiras sociedades. Em seguida, Beauvoir mostra, a partir de uma história de vida feminina, os processos que condicionam a feminilidade das mulheres

como uma construção social. Ou seja, o que define o papel e o comportamento femininos resulta de algo construído socialmente e não de um dado puramente natural. Para ela, o papel que a mulher ocupava na sociedade era algo no meio do caminho entre um macho e um castrado.

A ideia de que o papel da mulher é definido em relação ao homem, e não como o de um sujeito autônomo, foi fundamental para o movimento feminista, que teve na obra da escritora os fundamentos para empreender uma luta contra a desigualdade de gêneros.

FILOSOFIA ANALÍTICA

A Filosofia Analítica é a filosofia compreendida como análise lógica. Foi impulsionada pelo desenvolvimento de novas formas de notação lógica que permitem não apenas uma maior possibilidade de formalização de sentenças, mas também a criação de inteligências artificiais.

RUSSEL E AS NOVAS ABORDAGENS FILOSÓFICAS

O filósofo e matemático inglês Bertrand Russel (1872-1970) foi um dos primeiros pensadores a empreender uma obra filosófica com grande ênfase ao estudo do significado e da verdade das frases de nossa linguagem comum. Suas pesquisas abriram caminho para a concepção da Filosofia como análise lógica da linguagem, dando início à tradição analítica, que hoje é predominante nos principais departamentos de filosofia nas universidades ao redor do mundo.

Além de ter produzido obras fundamentais para a Matemática do século XX e ainda textos sobre problemas políticos contundentes, como a proliferação de armas nucleares e as guerras, Russel teve um impacto decisivo na Filosofia apresentando uma série de teses que moldaram o trabalho filosófico nas universidades durante as décadas subsequentes. Pela primeira vez, acreditava Russel, a Filosofia poderia ser empreendida com rigor científico.

Dentre suas principais teses está a concepção de verdade como correspondência. Segundo Russel, uma crença é verdadeira se ela corresponde à realidade, e falsa se não corresponde. Você pode achar que esta é uma noção muito antiga e simples, e a verdade é que é muito intuitivo pensar assim. Mas perceba que, ao longo da história da Filosofia, a compreensão da capacidade humana de conhecer as coisas sempre foi muito controversa e a "realidade" muitas vezes apareceu como uma possível ilusão ou como algo que só apreendemos parcialmente de acordo com nosso aparato cognitivo, que a filtra e traduz.

As teses de Russel sobre a verdade como correspondência abriram caminho para uma série de diferentes estudos sobre a relação do homem com o mundo e os processos e a natureza da realidade.

OS BESOUROS DE WITTGENSTEIN

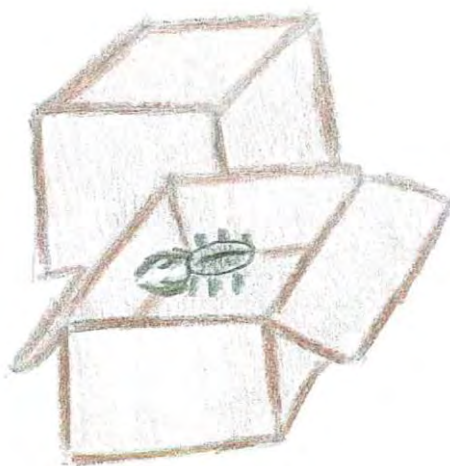
Ludwig Wittgenstein (1889-1951) encarava a Filosofia não como doutrina, mas como uma atividade que consiste em clarificar o pensamento por meio da lógica. Para ele, qualquer coisa que pudesse ser dita poderia ser dita de maneira clara. Este era um ataque direto às sentenças obscuras de muitos filósofos, que não apenas dificultavam a compreensão dos textos, mas também davam margem a interpretações conflitantes.

O filósofo considerava que nosso acesso ao mundo se dá mediante fatos. Wittgenstein diferenciava a complexidade dos "fatos" da simplicidade das "coisas", e situava nossa experiência do mundo sempre em relação a essa complexidade. Para tentar tornar mais fácil este pensamento, observe o seguinte exemplo:

Você está agora lendo uma apostila do Me Salva! em um computador, celular ou tablet. Veja que você pode encarar tanto as palavras "computador", "celular" e "tablet" como conceitos que designam objetos – ou coisas –, mas estes conceitos puramente não vão lhe fornecer nenhuma experiência do mundo. Você precisa ter proposições para poder compreender uma experiência: *o computador está ligado*, *o telefone está quebrado*, o *tablet foi um presente da minha madrinha*, etc.

Agora note que essas proposições designam um estado de coisas, ou fatos, que você pode entender perfeitamente, ainda que não sejam verdade. Se alguém disser “Pedras voam à noite”, você é perfeitamente capaz de entender, ainda que não seja verdade, mas não é logicamente impossível que pedras voem. Você pode verificar o capítulo **Sentido e Verdade** na Apostila de Filosofia Moderna para refrescar sua memória sobre este tema.

O importante é ter em mente que somos capazes entender certas proposições sobre o mundo ainda que elas não sejam verdadeiras, desde que elas sejam logicamente possíveis: “Ratos podem ter 15 metros de altura” ou “A água ferve a 30^{o}” são falsas, mas fazem sentido. Já proposições como “Quero uma bola quadrada” ou “Está chovendo aqui na minha janela e não está chovendo aqui na minha janela” sequer fazem sentido porque se contradizem internamente. Quem assistiu Chaves e viu os episódios em que o personagem Quico aguardava ansiosamente por sua bola quadrada sabe que o tão esperado presente nunca chegou, porque é impossível fabricar tal objeto.

Para Wittgenstein, o trabalho da ciência é o de verificar se as proposições com sentido são verdadeiras ou falsas (por exemplo, se ratos podem ter 15 metros de altura e se a água ferve a 30^{o}), e o trabalho dos filósofos é o de limpar a linguagem dos excessos e enganos que sequer possuem sentido.

Wittgenstein também compreendeu a linguagem como algo que só pode ter sentido se compartilhada. Imagine que várias pessoas possuem, cada uma, uma caixa. O conteúdo de cada caixa é algo que apenas seu dono

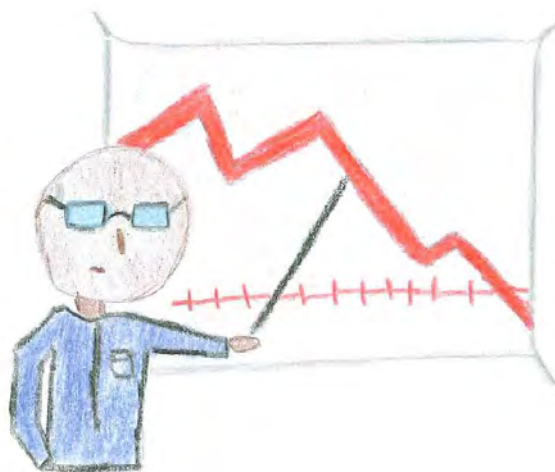
pode enxergar. Então alguém pergunta o que há dentro da caixa e todos respondem “besouro”. Mas se é impossível para qualquer pessoa olhar dentro da caixa do outro, então pode ser que alguns estejam mentindo, ou que o conteúdo das caixas seja diferente, mas nada impede que todos se refiram ao que existe lá dentro como “besouro” e, em pouco tempo, todos estariam chamando de “besouro” coisas que podem ser muito distintas entre si.

A única maneira de haver um acordo sobre besouros é exibir para todos os participantes deste jogo de linguagem (esta é a expressão que Wittgenstein usava) um besouro para que se estabeleça um acordo sobre o que, afinal de contas, é um besouro. É necessário que exista um acordo coletivo sobre o sentido das palavras para que elas funcionem. Não haveria, portanto, uma linguagem individual, pois o único sentido da linguagem é dizer algo para alguém.

A ESCOLA DE FRANKFURT E A TEORIA CRÍTICA

- ✓ Theodor Adorno (1903-1969)
- ✓ Herbert Marcuse (1898-1979)
- ✓ Max Horkheimer (1895-1973)
- ✓ Walter Benjamin (1892-1940)

A Escola de Frankfurt considerava que a razão pode ser instrumento para dominar e viam a técnica e a ciência como instrumentos do capital para produzir lucro. Notem que as colonizações que resultaram em massacre e escravização têm um papel nessa concepção. Nas Américas, por exemplo, sob o pretexto de se levar a civilização (com sua técnica e ciência) para sociedades tecnologicamente inferiores, resultou em grandes matanças e escravidão.

Profundamente influenciados por Marx, Freud e Heiddeger, os filósofos da Escola de Frankfurt, desenvolveram um pensamento que integrava Filosofia, Psicanálise e Sociologia, debatendo temas como autoritarismo, família, liberdade e cultura de massa.

RAZÃO OBJETIVA E RAZÃO SUBJETIVA

A Razão Objetiva ou Cognitiva é aquela a qual apelamos para conhecer o mundo e nos relacionar com as pessoas e com a natureza. Já a Razão Subjetiva ou Instrumental é usada para modificar a natureza, e visa a produtividade.

Embora as duas formas de razão sejam compatíveis e atuem de maneira conjunta, o desenvolvimento científico e o capitalismo anabolizaram a razão subjetiva, que se sobrepôs à razão objetiva. Para os pensadores da Escola de Frankfurt, o homem sofre de uma grande perda de autonomia nas sociedades com grande desenvolvimento tecnológico.

Uma das principais ideias da escola de Frankfurt é a da **Tolerância Repressiva**. Segundo Marcuse, a mudança social seria sufocada por uma avalanche de bens de consumo, negócios e instigações sexuais. Para ele, esta alienação do homem inserido num sistema capitalista em que sua condição de dominado é distraída pela cultura e pelo consumo não é casual, mas sim o resultado de um sistema capitalista totalitário que procura manter-se vivo. A tolerância com os discursos dissonantes seria uma forma de deixá-los se dissipar, uma vez que todo o sistema estava montado para que as vozes marginalizadas não fossem ouvidas.

A filosofia da Escola de Frankfurt também é conhecida como Teoria Crítica, porque pretende diferenciar-se da Teoria Tradicional na medida em que pretende interagir e intervir diretamente na sociedade.

PARA SABER MAIS

Com a abertura de alguns arquivos antes confidenciais por parte do governo britânico, a história do matemático Alan Turing tornou-se célebre. Turing conseguiu decodificar a comunicação do exército nazista, permitindo que as tropas aliadas soubessem antes quais eram os principais alvos dos alemães, o que mudou o quadro da guerra e permitiu a vitória sobre o exército de Hitler. Os estudos de Turing também foram decisivos para o desenvolvimento do computador. O fato de que este verdadeiro herói da segunda guerra foi condenado à castração química por ser homossexual – o que era crime na Inglaterra em sua época – também tornam a biografia de Turing interessante. Se você quiser saber mais sobre o desenvolvimento da lógica – principal instrumento da Filosofia Analítica – vale assistir a série **The Bletchley Circle (2012)**. A série se passa na Inglaterra, poucos anos após o fim da guerra, muito antes, portanto, da abertura dos arquivos confidenciais. É a história de mulheres que trabalharam na equipe de Turing, entre elas uma especialista em lógica e padrões, que, tendo que manter segredo sobre sua atuação na guerra e suas habilidades intelectuais, se unem para resolver uma série de assassinatos. A vida do próprio Turing virou filme; para conhecê-la melhor, você pode assistir **O jogo da imitação (2015)**.

FILOSOFIA

06

ÉTICA

ÉTICA

Olá, aluno(a) do Me Salva! Pronto(a) para encarar uma investigação filosófica sobre Ética? A ética, que também podemos chamar de filosofia moral, é um assunto pesquisado por todas as civilizações, na medida em que – em algum momento de seu desenvolvimento – seus integrantes se perguntaram: “Como devemos agir?”, ou “O que deve guiar as nossas ações?”, ou ainda “Existem respostas definitivas para essas perguntas?”.

Investigações desse tipo foram feitas por antigas civilizações orientais (como China, Índia...) e também por civilizações ocidentais como a Grécia Antiga, em especial pelos filósofos Sócrates, Platão e Aristóteles. Essas perguntas acompanham a existência dos seres humanos nesse planeta. Elas foram atualizadas ao longo dos séculos por diversos filósofos e não é à toa que as fazemos até hoje.

E por que será que não conseguimos “escapar” desse tipo de questionamento?

O ser humano tem uma qualidade muito especial que o diferencia dos outros animais e que diferencia profundamente sua ação sobre o planeta Terra: Ele possui a faculdade da razão, ou seja, é um animal racional, enquanto outros animais agem e fazem por instinto. Se, ao fazer uma trilha no mato, você deparar com uma cobra preparada para dar o bote, você não julgará a ação dela como certa ou errada. Ela apenas reage ao perigo, como é comum às cobras. O mesmo acontece quando uma vaca ou um cavalo dão coices. Não cabe julgar como certo ou errado o coice que uma vaca dá numa pessoa, pois essa é uma reação instintiva do animal. Os seres humanos, ao contrário, não apenas reagem ao que lhes acontece, como também guiam suas ações pela razão. Se você, aluno, escolher bater em um colega de sala de aula, provavelmente será advertido e dificilmente conseguirá ter uma boa razão para justificar o seu ato. Isso porque consideramos moralmente errado infligir dor e machucar os outros, ou seja, os seres humanos percebem suas ações como certas ou erradas e buscam razões para justificá-las. A característica de ser racional é o que permite a investigação ética.

Qualquer aluno que tenha se interessado pelo assunto e buscou ler mais de uma introdução à Ética e à Filosofia Moral sabe que existe mais de uma definição para esses termos e que, apesar de similares, podem gerar confusão para um leitor desavisado. Por isso, primeiro nós vamos estudar diferentes definições que você pode encontrar ao estudar o assunto, investigando o que há de comum entre elas. A partir do momento que estiver claro o que está sendo discutido, veremos duas teorias principais sobre quais devem ser os princípios que guiam a moralidade. Dando sequência ao assunto, vamos discutir o que é Ética Aplicada e seus tópicos, como a Bioética, por exemplo.

DIFERENÇAS ENCONTRADAS ENTRE AS DEFINIÇÕES DE MORAL E ÉTICA:

Como vimos na apresentação desta apostila, diversos autores, de diversos países e de diferentes épocas tratam de moralidade e ética. Porém, eles nem sempre usam os mesmos termos com os mesmos sentidos. Todos concordam que moral e ética são comumente usados como sinônimos, porém, alguns distinguem o objeto a que cada uma dessas palavras se refere e outros apenas distinguem entre os sentidos e usos possíveis delas.

O QUE DIZEM OS LIVROS DIDÁTICOS BRASILEIROS E PORTUGUESES SOBRE O ASSUNTO:

Os livros brasileiros tendem a fazer a seguinte diferenciação entre a palavra “moral” e a palavra “ética”:

A **Moral** é definida como um conjunto de regras de conduta adotadas por um grupo de pessoas em determinada época, ou seja, para descobrir a moral de uma sociedade, basta observar suas regras de conduta e descrevê-las. Nesse sentido, o que é aceito como moralmente aceitável ou moralmente condenável varia ao longo de diferentes épocas e em diferentes lugares. O sujeito que nasce passa a pertencer a uma sociedade com uma moral constituída e é ensinado que suas ações devem obedecer às regras de conduta do grupo. Um mesmo grupo social, entretanto, pode modificar seus códigos de conduta durante sua história à medida em que se alteram as relações interpessoais e as relações do homem com o trabalho e com a tecnologia. Outra possibilidade de transformação das regras morais de um grupo parte da capacidade de reflexão que seus integrantes possuem. Cada sujeito é capaz de refletir sobre os hábitos de sua comunidade e colocá-los em perspectiva histórica para avaliar se eles devem ser continuados ou encerrados. Por um lado, pertencemos ao conjunto de regras comportamentais da sociedade em que nascemos e vivemos. Por outro, podemos refletir sobre essas regras. Se a moral de um grupo fosse inquestionável, este estaria sob um dogmatismo. Se a moral de um grupo fosse completamente questionada pelos sujeitos, cairia-se em um individualismo. Como nenhum desses extremos é desejável para o bom convívio em sociedade, há o diálogo entre o determinismo total das regras

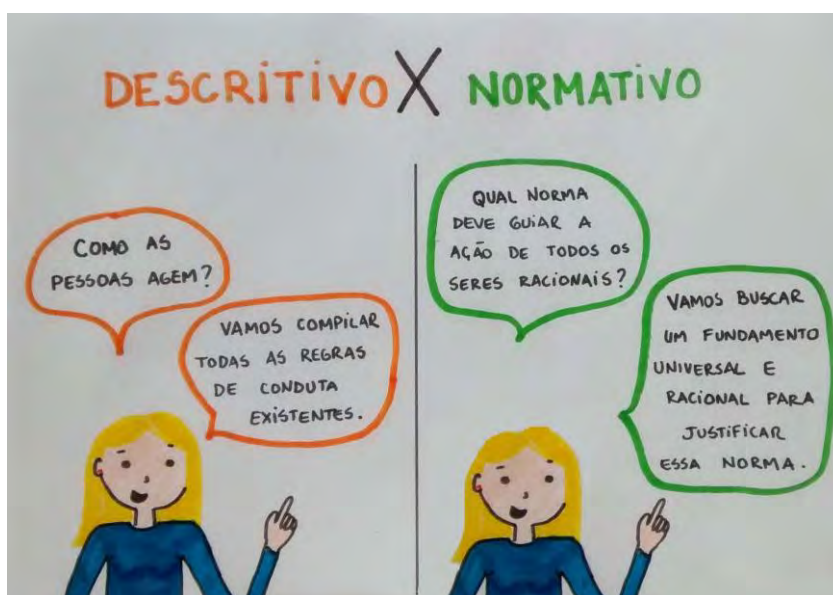
e a liberdade de escolha dos indivíduos, entre a aceitação e recusa das normas. Há, portanto, uma relação dialética entre essas duas possibilidades.

A **Ética** é apresentada como sinônimo de **Filosofia Moral** e é definida como a área de estudo da Filosofia que se ocupa em pesquisar os princípios que fundamentam a moral. Sob esse escopo estarão as pesquisas teóricas desenvolvidas pelos filósofos, que buscaram definir quais deveriam ser os princípios básicos da moralidade aplicáveis a todos os sujeitos em todos os tempos.

O QUE DIZEM OS LIVROS E ARTIGOS DE INTRODUÇÃO À ÉTICA DE AUTORES INGLESES E AMERICANOS:

Eles tendem a utilizar ética e moralidade como sinônimos. A diferenciação que precisa de atenção é a seguinte: “em qual sentido está se usando a palavra moralidade?”. Podemos falar da moral em dois sentidos: o sentido descritivo e o sentido normativo.

ATENÇÃO: você sabe a diferença entre juízos normativos e juízos descritivos? Juízos descritivos visam adequar o pensamento à realidade, enquanto juízos normativos visam adequar a realidade ao pensamento.

 |

Ao falar de **moralidade no sentido descritivo**, os autores fazem referência aos códigos de conduta já adotados por sociedades, grupos de pessoas, ou até por indivíduos. O estudo da moralidade sob essa perspectiva envolve a observação e descrição de quais são as regras morais adotadas por diferentes grupos, em diferentes épocas. Essa concepção de moralidade é adotada nos estudos antropológicos. Ao estudar a descrição dos hábitos de diferentes culturas, pode-se concluir que o que é tido como "moral" varia entre diferentes grupos e sociedades e em diferentes épocas, com a exceção de regras como "não matar" ou "não causar mal aos outros", que aparecem em praticamente todas as culturas. Também, a adoção dessa perspectiva provavelmente levará à negação de que haja uma moralidade universal que se aplique a todos os seres humanos, em todos os tempos.

Ao observar a moralidade de forma descritiva, será possível perceber que as regras de conduta podem variar entre indivíduos de um mesmo grupo e que elas não são necessariamente iguais para todos, como por exemplo entre escravos e senhores, ou entre homens e mulheres. Apesar de cumprir uma importante função para os Antropólogos, protegendo culturas pequenas das normas da cultura ocidental, a moralidade no sentido descritivo permite, entretanto, que se relativize as culturas e que seja moralmente aceitável que haja a escravidão ou que pessoas sejam tratadas diferentemente de acordo com características pessoais, como cor de pele, gênero, etc.

Porém, nem todos os códigos de conduta que podemos observar em uma comunidade estão sob o domínio da moral. Há áreas da vivência em sociedade que fazem "limite" com a moralidade, porém são diferentes dela, como as regras de etiqueta, os comportamentos prescritos pela religião e as normas do Direito.

A etiqueta pode ser vista como um conjunto de regras menores de convivência, que visam complementar as regras morais, pois buscam melhorar a convivência entre as pessoas. Executamos certas "regras de etiqueta" de maneira automática, mas nem sempre foi "óbvio" seguir hábitos como tomar banho, escovar os dentes e se manter minimamente apresentável, o que torna mais fácil a vida em grupo.

A religião excede os elementos da moralidade, pois usa suas crenças particulares e seus mitos para justificar o comportamento que seus fiéis devem seguir. Já o Direito e a moralidade são distintos, pois o Direito, ao contrário da moral, possui leis explícitas e escritas, penalidades para quem descumpra a lei e oficiais que a interpretem.

A **moralidade no sentido normativo** se refere a códigos de conduta que todos os seres racionais podem verificar como válidos e corretos e,

portanto, aceitá-los e segui-los. Ou seja, a moralidade, nesse sentido, se refere a códigos de conduta que pretendem ser aceitos por todos que possuírem certas características intelectuais e apetitivas, incluindo a condição de ser racional. Esses códigos de conduta fazem parte de teorias éticas, que são desenvolvidas por filósofos da área da Filosofia Moral e que buscam justificar as ações dos homens com base em princípios universais.

Entretanto, apesar do objetivo dos filósofos de encontrar um sistema de códigos de conduta que seja racional, existem várias teorias morais discordantes entre si. O ponto em comum entre diferentes teorias morais é que elas buscam fundamentar a moral em algum "ponto de apoio" universal e racional, normalmente conhecido como o "bem último". As diferenças entre elas iniciam quando os autores tentam identificar qual seria o maior bem para guiar a ação dos homens. Alguns dirão que o maior valor é agir em função da felicidade que a ação causará; outros dizem que o mais valoroso é agir de acordo com as virtudes humanas.

Outra característica da moralidade no sentido normativo é que uma teoria moral não precisa necessariamente corresponder a um código moral aceito e praticado por um grupo de indivíduos. Pode ser o caso de uma teoria moral nunca ter sido colocada em prática e ainda assim ser válida, pois o critério para sua avaliação é sua coerência interna e racionalidade.

Portanto, podemos perceber que as definições estudadas são complementares, pois, ao falar-se de MORAL e MORALIDADE NO SENTIDO DESCRITIVO, se refere ao mesmo método de estudo das relações de moralidade já instituídas e praticadas em um determinado grupo e em um determinado tempo. A relação entre os conceitos de ÉTICA, FILOSOFIA MORAL e MORALIDADE NO SENTIDO NORMATIVO mostra que eles também são complementares, pois se referem ao mesmo método investigativo que busca princípios gerais e universais para a fundamentação e justificação da moral.

ÉTICA E SUAS TEORIAS:

Conforme explicado no tópico anterior, ao falar de ética estamos nos referindo à investigação filosófica que tenta encontrar um fundamento universal para a moralidade. Se a moralidade é a preocupação em agir a partir de razões, ou seja, fazer aquilo que se tem as melhores razões para fazer, preocupando-se com os interesses das outras pessoas envolvidas em nossas ações, a tentativa de buscar

uma moralidade universal tentará entender qual a razão pela qual devemos agir, o que nós, seres racionais, devemos buscar com nossas ações.

O QUE ESTÁ EM JOGO QUANDO SE FALA DE TEORIAS MORAIS?

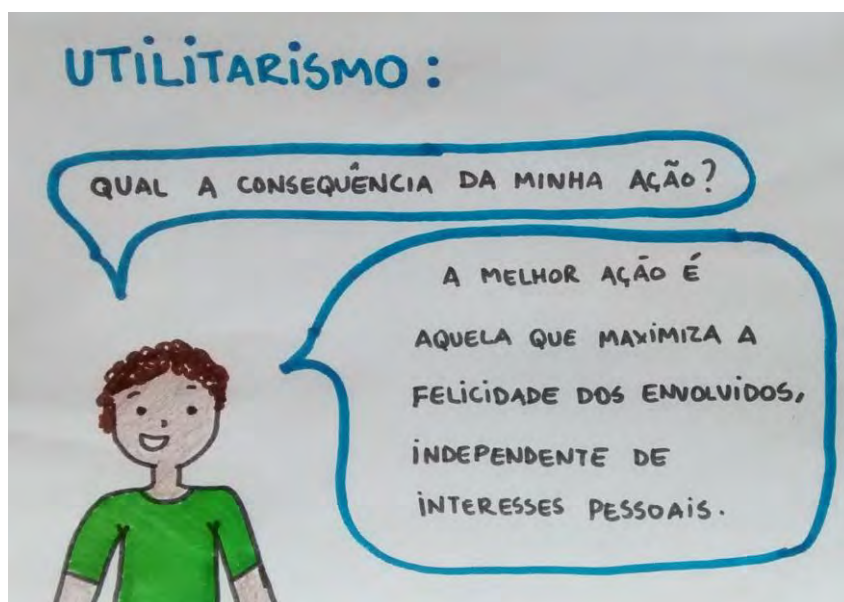
Duas perguntas correlacionadas podem ajudar nesse estudo:

- ✓ Qual o maior valor (o bem último) que os seres humanos buscam com suas ações?
- ✓ Como podemos diferenciar as ações corretas das incorretas?

Note que, a partir de como respondermos a primeira pergunta, teremos elementos para responder a segunda, pois ações corretas tendem a promover o bem, e ações incorretas tendem a promover o mal.

DUAS RESPOSTAS DIFERENTES PARA O QUE É O BEM ÚLTIMO: UTILITARISMO E ÉTICA KANTIANA.

Utilitarismo: O utilitarista responderá a primeira pergunta acima dizendo que o bem último é a felicidade. A regra geral do Utilitarismo é agir de forma a maximizar as felicidades dos envolvidos e minimizar as dores e o sofrimento. Para o utilitarista, todas as felicidades importam igualmente e possuem o mesmo valor: a sua, a de seus parentes e amigos e a de desconhecidos. Portanto, a ação humana deve buscar gerar o máximo de felicidade entre os agentes morais afetados por ela e o critério para avaliar se uma ação é moralmente correta ou incorreta é observar a sua consequência.

Observe que as intenções e os interesses pessoais não fazem parte desse cálculo! Se você tiver que escolher entre ajudar um amigo a estudar para a prova ou ajudar um grupo de desconhecidos a estudar para mesma prova, a ação moralmente correta para o utilitarista é a de ajudar o grupo de desconhecidos, pois isso maximiza a quantidade de felicidade.

Ética Kantiana, ou Deontologismo: Kant responderá a primeira pergunta da seguinte maneira: o bem último é a vontade boa, pois a vontade boa é a única coisa boa em si mesma. Todas as outras coisas, segundo Kant, podem ser usadas para o mal. Até mesmo as chamadas "virtudes do espírito", como a inteligência, podem ser usadas para o mal, pois se pode usar a inteligência para enganar e tirar proveito de outra pessoa.

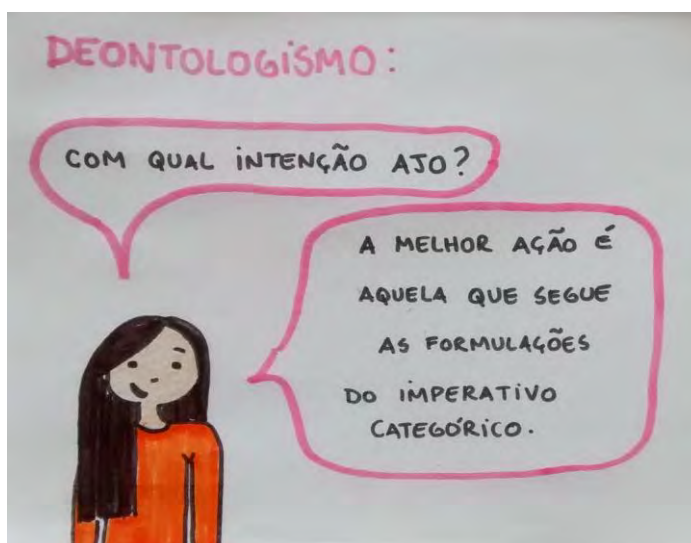
Portanto, se o bem último é a vontade boa, o critério para avaliar as ações corretas e incorretas precisa ser a intenção de quem faz a ação. Mas qual é a intenção que guia a pessoa de boa vontade? Segundo Kant, a pessoa de boa vontade tem a intenção geral de cumprir o seu dever. Portanto, a intenção que torna a ação correta é a de agir por dever, e não em mera conformidade com o dever. Um exemplo disso é que, para Kant, um político que meramente declare corretamente seus bens e posses por medo da punição que receberia se não o fizesse não age de maneira correta. Sua ação é moralmente condenável, ainda que as consequências dela sejam agradáveis. Um exemplo de ação moralmente correta seria um político que declarasse corretamente seus bens e posses porque sabe que é seu dever fazer isso.

Se a ação correta é agir de acordo com o dever, a teoria ética de Kant se depara com uma nova pergunta: "Como podemos saber qual é o nosso dever em cada situação que vivenciamos?". Kant responde essa pergunta postulando o **Imperativo Categórico**, uma regra geral da razão que impõe o que é o correto a ser feito. O imperativo categórico tem duas formulações

principais que todas as pessoas podem aplicar em suas vivências para descobrirem como agir corretamente:

- ✓ "Age apenas segundo uma máxima tal que possas ao mesmo tempo querer que ela se torne lei universal";
- ✓ "Age de tal maneira que uses a tua humanidade, tanto na tua pessoa como na pessoa de qualquer outro, sempre e simultaneamente como fim e nunca simplesmente como meio".

Um exemplo de aplicação da primeira regra é o seguinte: imagine que sua mãe lhe deu uma determinada quantidade de dinheiro para comprar um lanche no seu recreio da escola. Porém, você gastou menos do que o valor que recebeu e levou o troco para sua casa. Você pode contar a verdade e devolver o troco ou mentir e embolsar o valor quando sua mãe lhe perguntar "Sobrou algum troco do dinheiro que dei para você?". Você até pode ter motivos pessoais para querer guardar o troco, mas, se quiser agir de maneira correta, você deve observar a primeira regra do Imperativo Categórico que diz que você deve agir sempre de acordo com uma máxima que você deve querer que possa ser seguida por todos, por ser uma lei universal. Assim, se mentisse, você concordaria que todas as pessoas poderiam seguir essa máxima. Porém, você não pode desejar que todos sigam essa máxima, pois a vida em uma sociedade na qual a mentira é aceitável é uma vida impossível, já que não se pode confiar em ninguém. Portanto, a ação correta é falar a verdade, pois a generalização universal dessa máxima é desejável.

Um exemplo de aplicação da segunda regra é que nunca devemos usar as outras pessoas como meios para alcançar nossos fins. Apontar uma arma para alguém e obrigar o sujeito a entregar suas coisas é moralmente condenável, pois quem assalta está utilizando um outro como meio para obter dinheiro e bens materiais. Assim, a autonomia do sujeito é violada e ele é obrigado a fazer algo contra a sua vontade.

Uma objeção ao Imperativo Categórico: Imagine que você está em sua casa e um assassino bate em sua porta e lhe pergunta se você sabe onde está o seu vizinho. Você sabe que seu vizinho foi até a lavanderia do seu bairro, mas você deve contar isso ao assassino? Qual a sua obrigação moral nessa situação delicada? Falar a verdade ou mentir para salvar a vida de seu vizinho?

Nosso instinto nos diz para mentir, certo? Mas o que Kant diria sobre isso? Como ele aplicaria o imperativo categórico nessa situação? Para Kant, aplicando o Imperativo Categórico, nossa único dever moral nessa situação é dizer a verdade. Porém, isso não parece estar correto, pois uma vida parece ser muito mais valiosa do que uma mentira dita para salvá-la, e essa é parece ser uma objeção ao Imperativo Categórico. Kant, entretanto, responderá que a responsabilidade sobre a morte ou não do seu vizinho recairá somente sobre o assassino. A responsabilidade sobre a morte de um inocente recairá somente sobre o seu assassino, e não sobre quem cumpre com seus deveres éticos.

ÉTICA APLICADA

Estudamos duas teorias éticas que postulam regras gerais para guiar nossa conduta. Porém, existem questões morais complicadas e que testam os limites dessas teorias gerais. Como, a partir desse estudo, podemos responder às seguintes questões:

- “O aborto é imoral ou amoral?”; “Em que momento podemos considerar o óvulo fecundado um agente moral?”;
- “É correto pré-selecionar o sexo dos óvulos fecundados in-vitro para escolher o sexo do bebê?”,
- “É aceitável manter animais confinados e em condições de sofrimento para a produção de carne?”

O campo que busca aplicar teorias morais a discussões éticas do cotidiano é chamado de Ética Aplicada. Suas discussões se dividem em diferentes disciplinas, que visam responder os problemas ligados a um campo específico de atuação, como a Bioética e a Ética ambiental.

A **Bioética** é um campo de pesquisa multidisciplinar que busca aplicar o método de investigação da ética às questões que surgem nas “ciências da vida”: Medicina, Biologia, Genética, entre outros. A pesquisa em Bioética é conduzida por diversos profissionais, como filósofos, teólogos, profissionais da saúde, cientistas, advogados, economistas, psicólogos, sociólogos, antropólogos e historiadores. Os pesquisadores dessa disciplina usam teorias morais, como a ética Kantiana e o Consequencialismo (julgar moralmente uma ação com base nas suas consequências) e tentam compatibilizá-las, de modo a ter uma resposta efetiva para os problemas que estudam. De modo geral, a Bioética busca responder questões relacionadas à eutanásia, ao aborto, aos limites éticos das pesquisas genéticas e à ética profissional dos que trabalham com essas ciências que estudam a vida.

A **Ética Ambiental** surgiu na década de 1970 e também é uma área investigativa multidisciplinar. Filósofos, governantes, teólogos, juristas, ambientalistas, biólogos, ecologistas, economistas, sociólogos e historiadores são exemplos dos profissionais que se engajam em pesquisas para responder às questões que relacionam a ética ao uso que fazemos do meio ambiente. Um dos pressupostos dessa disciplina é que podemos aplicar relações éticas ao nosso uso do ambiente na medida em que constatamos que sua qualidade é necessária para a qualidade de vida dos humanos. Porém, a Ética Ambiental, por vezes, expande esse conceito e busca justificar que animais também são merecedores de tratamento moral por si mesmos, pois sentem dor e prazer e podemos considerá-los agentes morais pela lógica utilitarista e não porque são meios para a manutenção de nossa qualidade de vida. As preocupações da Ética Ambiental se dividem em seis níveis: (1) humanos; (2) animais; (3) organismos; (4) espécies; (5) ecossistemas; (6) Terra. Questões que permeiam esses diferentes níveis de consideração são, por exemplo: “Como é possível fazermos um controle populacional moralmente correto?”, “O consumismo e a atual distribuição de renda

são maléficos para a vida dos homens e para a qualidade do ambiente?", "É correto permitir e prosseguir com práticas que levam ao aquecimento global?", etc.

PARA SABER MAIS!

✓ Livros:

Os Elementos de Filosofia Moral, de James Rachels e Stuart Rachels, 2013.

> Esse é um excelente livro de introdução à Filosofia Moral. Sua escrita é acessível, precisa e, ao longo do livro, o autor expõe de forma continuada diferentes teorias morais, indo de uma concepção mínima de moralidade até chegar aos elementos que uma teoria moral satisfatória deveria ter. Vale a leitura!

REFERÊNCIAS

The Definition of Morality (2002). Disponível em: <http://plato.stanford.edu/entries/morality-definition/> Acesso em 01/11/2016.

ARANHA, Maria Lúcia de Arruda, PIRES, Maria Helena. Filosofando: introdução à filosofia. São Paulo: Moderna. 2003.

ALMEIDA, Aires, TEIXEIRA, Célia, MURCHO, Desidério. 50 Lições de Filosofia - Filosofia 10º ano. Lisboa: Didáctica Editora, 2013.

BUNNIN, Nicholas, TSUI-JAMES, E. P. (Org.). Compêndio de Filosofia. Terceira Edição. São Paulo: Edições Loyola, 2002.

RACHELS, James, RACHELS, Stuart. Os Elementos de Filosofia Moral. 7. Ed. Porto Alegre: AMGH, 2013.

FILOSOFIA

07

ESTÉTICA

ESTÉTICA

INTRODUÇÃO

Olá, pessoal do Me Salva! Nesta apostila vamos estudar alguns conceitos básicos de Estética. Você certamente já disse frases como: “Esta música é muito boa” ou “Este livro é muito bom”. Tão certo quanto é que você também já tenha, depois de dizer frases como essas, ouvido a contestação: “Não, não é”. Como se resolve um impasse dessa natureza? Alguém diz que uma música é boa. Outro alguém diz que não é. Como verificar quem está com a razão? Mais ainda: você provavelmente já ouviu uma outra frase que está diretamente relacionada a isso: “X não é música” - em que X é um estilo musical. Funk, pagode e sertanejo provavelmente sejam os estilos mais atacados no dia a dia, e, no entanto, estão entre os produtos mais consumidos da nossa cultura. Parece coincidência que aquilo que costumamos dizer, ler ou ouvir que não é música seja justamente aquilo que mais toca nas rádios e festas? E letra de música, conta como literatura? E grafites nos muros da cidade: arte ou vandalismo? Discussões como essas fazem parte da abordagem filosófica da arte. Mas antes de tentarmos resolver alguns impasses clássicos dessa área da filosofia, vamos tentar compreender sua natureza.

Nas aulas de literatura, você leu ou vai ler alguns versos fundamentais da literatura brasileira, como:

Minha terra tem palmeiras,

Onde canta o Sabiá

As aves, que aqui gorjeiam,

Não gorjeiam como lá.

Parece poesia, não é? Está tudo lá, rima, ritmo, palavras difíceis e uma declaração de amor ou saudade. Talvez ocorra um espanto ao chegar em poetas que escreveram coisas como:

(...) que parecia sorrir entre as folhas de

banana entre os cheiros de flor e bosta de porco aberta como

uma boca do corpo.

ou então:

beba coca cola
babe coca cola
beba coca
beba cola caco
caco
cola
c l o a c a

Os poemas: Canção do Exílio, de Gonçalves Dias, Poema sujo, de Ferreira Gullar e Coca-cola, de Décio Pignatari, são alguns dos mais icônicos textos de nossa literatura. Mas o que confere a produções tão distintas o status comum de arte?

Ao estudar literatura na escola, você dificilmente vai se ver diante da pergunta “O que é poesia?”. Mas a falta de uma definição rígida não atrapalha os seus estudos literários nem o fazer poético de milhares de escritores para quem essa pergunta - e sua resposta - se põem de maneira distinta. Se você pudesse perguntar a cada um desses poetas: “o que é poesia?”, obteria uma resposta diferente de cada um deles.

Antes de partirmos para as definições e conceitos, preste atenção neste outro poema, da escritora Cecília Meireles:

Liberdade

Liberdade! - essa palavra
que o sonho humano alimenta:
não há ninguém que explique
e ninguém que não entenda.

Note que o poema afirma a dificuldade de definir ou explicar o que seja a Liberdade e, ao mesmo tempo, afirma que, apesar dessa dificuldade de explicar, não há quem não saiba do que se trata. Um importante filósofo do início do cristianismo, Agostinho de Hipona, disse algo parecido: "O tempo? Se ninguém me pergunta o que é, eu sei. Se me perguntam, eu já não sei". Podemos dizer que acontece algo parecido com o conceito de Literatura ou com o de Poema . Você não tem nenhuma dificuldade em dizer um poema ou dar um exemplo do que seja um poema, mas, se tiver que defini-los, você talvez se veja encurralado.

Para começarmos a responder às muitas perguntas que estão em aberto até agora, podemos dizer que música e poesia, assim como a liberdade e o tempo

estão entre aquelas coisas que nós reconhecemos pela **experiência**. A Estética é a área da Filosofia que se ocupa, especificamente, da experiência artística. A arte é, portanto, uma experiência, no sentido de que experimentamos, por meio dos sentidos, algo. Mas algo o quê? Parece haver uma grande profusão de sensações oferecidas pela arte, desde a experiência da mais cuidadosa harmonia das formas na estatuária grega até a experiência do assustador e do vil nas figuras grotescas da Idade Média.

É interessante observarmos, para o esboço inicial de um conceito de arte, que, embora a experiência estética possa contemplar tanto a ternura do amor familiar, a graça do amor romântico, o riso das comédias ou o desespero dos dramas, o que há em comum a todas essas experiências é o fato delas serem ofertadas por meio de símbolos.

Antes de seguirmos para o próximo módulo, em que vamos estudar alguns conceitos históricos envolvidos nas discussões filosóficas sobre a arte, vale retomar as questões iniciais da Apostila. A diferença marcante entre os poemas apresentados nos serviu para buscarmos um esboço de definição do que seja arte, algo de comum que permaneça diante de tantas diferenças, a experiência por meio de símbolos e metáforas. Mas a filosofia da arte não se ocupa apenas de definir a arte e seus gêneros. Ela desempenha um papel fundamental no estudo de nossa relação pessoal com a arte, por isso é importante termos em mente aquelas perguntas sobre música.

Quando você diz: “esta música é boa” e seu amigo discorda de você, a discussão pode não acabar nunca. Mas se você disser algo como: “este carro é bom” ou “esta cidade é boa”, seu amigo pode até discordar, mas o caminho para resolver a disputa parece mais ou menos óbvio.

O que está em jogo quando você diz que um carro é bom? Ora, você pode estabelecer vários critérios que são factuais: desempenho, economia, conforto, segurança. No caso da discussão sobre a cidade ser ou não boa, os critérios também vão aparecendo naturalmente. Note que vocês podem terminar a discussão sem convencer um ao outro, mas apenas porque o peso que vocês atribuem a cada critério é diferente. Você pode achar que a potência do carro é mais importante para definir o que é um carro bom para você do que o consumo de combustível, por exemplo, ou, então, você pode achar que a tranquilidade e a segurança de uma cidadezinha do interior são critérios mais decisivos do que a diversidade de lojas, shoppings e cinemas dos grandes centros. Mas ninguém em sã consciência vai negar que a oferta de atividades em São Paulo seja maior que a da pequena Vila Lângaro, no interior do Rio Grande do Sul.

Mas quando você diz que uma música é boa ou não, os elementos que compõem seu juízo não são da mesma natureza que os elementos que compõem um juízo sobre a qualidade de um carro, de uma cidade, etc. Agora perceba que se você incluir na conta da qualidade de um carro ou de uma cidade elementos artísticos, como design e arquitetura, a discussão começa a ficar mais complicada de novo.

Pode-se dizer que quando emitimos um juízo do tipo: “esta música é boa” estamos dizendo mais sobre nós mesmos do que sobre o objeto em si, a música. Você pode ouvir uma pessoa mais velha dizer que “não se faz mais música boa” e saber que isso não contradiz todas as pessoas que dizem “esta música é boa” para as músicas de agora. Isso se explica através de uma relação afetiva, própria da arte, que mantemos com certas canções, pois elas nos remetem a determinados momentos e experiências de nossas vidas. A música, muitas vezes, nos remete a essas experiências. A arte, por sua natureza sensível e emocional, se presta muito a servir como âncora e referência de lembranças, sentimentos e sensações. Ainda que você seja um músico com grande formação técnica e possa, por critérios objetivos, qualificar uma música como menos original ou inventiva em relação a

outras, isso não impede que você considere maravilhosa uma música não muito sofisticada, pois ela, de certa forma, tem uma importância emocional para você.

A FILOSOFIA DA ARTE ATRAVÉS DA HISTÓRIA

PLATÃO, ARISTÓTELES E A MÍMESIS

Até a Idade Média, o conceito de arte pouco se diferenciava da ideia de uma produção técnica, artesanal. Os artistas sequer costumavam assinar seus trabalhos. Uma exceção foi a literatura. Na antiguidade, a poesia grega se tornou objeto de um dos primeiros embates filosóficos acerca da arte. A disputa se deu entre dois dos mais importantes filósofos gregos: Platão e Aristóteles.

Platão, em sua busca por um conhecimento verdadeiro e ainda em contraponto à retórica sofista e à tradição de ensino da Grécia, que tomava a poesia como fonte de conhecimento, precisou atacar esta forma artística como uma maneira de distanciar-se dela. Você pode voltar à nossa Apostila de Filosofia Grega para rever os principais pontos da filosofia de Sócrates e de seu discípulo Platão e o modo como eles se contrapunham aos sofistas, que eram os sábios e os professores na Pólis.

A poesia grega havia registrado aspectos fundamentais daquela cultura, mas para Platão era como se houvesse um terrível erro de direção. Os poetas teriam registrado algo enganoso, porque suas obras mostravam o mundo a partir das práticas e das crenças dos homens e Platão pretendia justamente limpar o conhecimento das práticas e crenças equivocadas. Era como se a poesia, parte importante da formação educacional e cultural dos cidadãos gregos, dissesse apenas como eles eram e este era seu erro. Para Platão, a educação precisava dizer como o mundo de fato era.

Aristóteles, mais distante do problema com os sofistas, percebeu que a poesia dava uma grande contribuição ao desenvolvimento da cultura. Em seu trabalho sobre a poética, o filósofo defendeu a ideia de mimesis - imitação. Para ele, a imitação é algo próprio da natureza humana e tem um fim específico: o aprendizado. O processo consistiria em, antes de reproduzir, identificar características. Para Platão, isso era nocivo por ser mera imitação, ilusória e imprecisa, pois reproduzia apenas a aparência daquilo que imitava,

sem revelar sua essência profunda. Para Aristóteles era algo de constitutivo da própria experiência de aprendizado.

Na Poética, Aristóteles distinguiu os gêneros do teatro e da poesia grega, elencando as características de cada um deles e de que forma a imitação e a criação andavam juntas na medida em que cada gênero tinha sua própria tônica criativa. Na comédia, por exemplo, o que se reproduzia tinha uma tônica, um acento, naquilo que era defeituoso e falho. Na tragédia, a tônica estava na virtude e no heroísmo que colocavam o homem diante de uma situação de angústia.

KANT E O JUÍZO DE GOSTO

Immanuel Kant é um filósofo muito recorrente em nossas apostilas. Você pode retomar alguns pontos essenciais do seu pensamento na Apostila de Filosofia Moderna, e as especificidades éticas de sua obra na Apostila de Ética. Em sua investigação sobre o conhecimento humano, Kant, se dedicou a estudar a natureza dos juízos. Assim como precisou se dedicar especificamente aos juízos éticos, Kant também teve que dar conta dos juízos estéticos. Lembra da comparação entre dizer "esta música é boa" e "esta cidade é boa" ou "este carro é bom"? Nós podemos elencar critérios objetivos para estabelecer o que significa ser bom no caso de um carro ou de uma cidade, mas não é tão fácil estabelecer critérios objetivos para dizer se uma música é boa ou ruim. Mesmo que adotemos critérios objetivos para classificar uma canção, estes critérios dirão muito mais sobre a obra em si do que sobre nossa relação estética com ela.

É porque nossa relação com o carro, com o lugar que vamos escolher para morar ou com a comida que vamos cozinhar é em grande medida uma relação de interesse. Se você tem muita fome, um bife gigante ou um pote de sorvete devem ser melhores do que uma tangerina. Se você usa o carro para transportar equipamentos pesados de trabalho, ter uma carroceria grande é mais útil do que ter bancos de couro. Desta forma, é na medida em que estes objetos precisam cumprir uma determinada finalidade, que podemos julgá-los de acordo com nossos interesses, ou seja, julgá-los de acordo com os fins que esperamos atingir.

Kant percebeu que, no caso das obras de arte, nossa apreciação é desinteressada. Isso quer dizer que não buscamos a arte para atender a uma demanda específica. Para o filósofo, portanto, o "belo" era o resultado deste prazer desinteressado que a arte nos proporciona.

É por isso que não faz sentido decidir se uma música é boa fazendo lista de pontos fortes e pontos fracos porque, ainda que se chegue, com isso, a uma apreciação objetiva da canção como objeto técnico, aquilo que lhe confere o valor estético está além dessas especificidades.

OS SÉCULOS XX E XXI

Nos séculos XX e XXI, a arte moderna e a arte contemporânea colocam novas questões na pauta do debate filosófico. Novas tecnologias como a câmera fotográfica e a câmara de vídeo não apenas criam impasses sobre o estatuto do artista como também redefinem o papel das formas conhecidas. Um fotógrafo, que captura uma imagem por intermédio de um aparato tecnológico, pode ser considerado artista?

Com a precisão que esses instrumentos trouxeram à reprodução de imagens, surge um movimento para o qual a fidelidade ao objeto retrato importa menos do que a criatividade formal na hora de concebê-lo. Novas escolas e movimentos passam a vigorar com telas e quadros que não se limitam a imitar a natureza, como arranjos inusitados de cores, composições que destoam do usual e que passam a acentuar pontos específicos para os quais o artista aponta subvertendo a realidade.

Já o período contemporâneo colocou o espectador para dentro da obra de arte, fazendo-o atuar na narrativa, seja por meio de suas próprias referências, seja por meio da ação concreta. No teatro, formas que privilegiam o improviso e a participação do público ganham destaque. Os programas de televisão e filmes, que se tornam produtos fundamentais da indústria do entretenimento, passam a utilizar da paródia e da referência a outras obras de arte para exercer seu efeito, seja de ordem humorística ou crítica.

No início do século XX, Marcel Duchamp apresentou sua obra A fonte, que consistia apenas em um urinol, exposto no ambiente solene de uma galeria. A obra atacava diretamente a concepção de arte e de museu e a provocação passaria a se tornar um elemento recorrente na arte contemporânea. Os museus deixam de ser espaço para formas tradicionais como gravuras e telas e se tornam o ambiente de instalações artísticas, que também passam a ser feitas nas ruas e de modo interativo. Estas formas levaram os filósofos do período a grandes discussões sobre o papel da arte e na sociedade contemporânea e também sobre os próprios limites de arte.

Entre os muitos filósofos que se dedicaram à Estética no período contemporâneo, está Theodor Adorno, da Escola de Frankfurt. Adorno teorizou que a cultura de massa deixou de ter origem popular e tornou-se uma espécie de produto vinculado à produção empresarial. A necessidade de financiamento e veiculação fez com que a cultura popular passasse a disseminar uma ideologia capitalista, reduzindo-se a mero entretenimento.

Cria-se, então, a conscientização da separação entre a arte destinada à humanização e de um produto de consumo que apenas distrai e entretém.

RELEMBRANDO

Neste sucinto recorte feito aqui, os problemas que ocuparam os filósofos da arte passaram de:

1) definir se a arte era uma contribuição para o conhecimento humano (Platão x Aristóteles) para

2) definir o que há de particular no juízo de gosto em relação aos demais juízos (Kant) e finalmente para

3) definir o que conta ou não conta como arte num mundo em que múltiplas culturas convivem e narrativas históricas se cruzam formando um grande emaranhado de concepções éticas, estéticas e epistemológicas.

SAIBA MAIS

Você pode assistir ao filme A Rosa Púrpura do Cairo, de 1985, do cineasta Woody Allen. Neste filme, a protagonista se refugia em sua paixão pelo cinema para conseguir aguentar as dificuldades de sua vida: a falta de dinheiro e a agressividade do marido. Mas o que era um refúgio e alívio se torna um grande drama no momento em que seu herói do cinema escapa da tela e lhe oferece uma nova vida.

Também vale conferir o documentário Tim's Vermeer. Nesta produção de 2013, apresenta-se a tese de que o pintor holandês Johannes Vermeer, conhecido pela extrema realidade de suas pinturas, teria desenvolvido um sistema de reprodução de imagens que permitia que seus quadros fossem tão perfeitos.

Você também pode procurar o documentário Who the fuck is Jackson Pollock (2006), de Harry Moses, que apresenta as controvérsias dos mais restritos e caros círculos de galerias de arte e casas de leilões do mundo, apresentando uma discussão sobre o que conta ou não como arte.